

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e empresas
controladas***

*Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Relatório da Administração	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	40
Parecer do Conselho Fiscal	109
Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário	110
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
Declaração dos diretores sobre o parecer dos Auditores Independentes	115

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TIM Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da TIM Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. e da TIM Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram relatório de auditoria datado de 12 de fevereiro de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2016.

Ricardo Julio Rodil
Contador – CRC-1SP111444/O-1
Baker Tilly Brasil
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.763	43.455	6.100.403	5.232.992
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	599.414	-
Contas a receber de clientes	6	329	329	2.858.089	3.537.417
Estoques	7	-	-	141.720	264.033
Dividendos a receber		469.013	385.835	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	922.593	1.285.143
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	21.911	20.648	324.780	357.482
Despesas antecipadas	11	15	-	210.056	266.264
Operações com derivativos	40	-	-	608.915	47.541
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	1.969	1.525
Outros ativos		26.720	12.743	265.334	182.018
		542.751	463.010	12.033.273	11.174.415
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	-	98	-	41.149
Contas a receber de clientes	6	-	-	24.861	29.886
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	817.676	574.490
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	24.758	23.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	14.526	537.097
Depósitos judiciais	12	73.825	65.631	1.106.041	986.017
Despesas antecipadas	11	57	-	55.234	70.587
Operações com derivativos	40	-	-	490.659	463.157
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	197.966	193.511
Outros ativos		-	-	12.117	11.926
		73.882	65.729	2.743.838	2.931.166
Investimentos	13	16.731.543	15.101.231	-	-
Imobilizado	14	-	-	10.667.348	8.914.929
Intangível	15	157.556	157.556	9.959.193	9.322.634
		16.962.981	15.324.516	23.370.379	21.168.729
Total do ativo		17.505.732	15.787.526	35.403.652	32.343.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	4.071	1.218	3.784.945	5.402.204
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.326.186	1.281.554
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	38.592	3.642
Operações com derivativos	40	-	-	109.512	67.044
Obrigações trabalhistas		1.723	2.119	199.373	208.629
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	317	225	501.768	645.896
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	46	14	213.880	162.311
Dividendos a pagar	25	524.779	421.002	524.779	421.002
Autorizações a pagar	18	-	-	467.687	493.169
Receitas diferidas	22	-	-	484.392	427.862
Outros passivos		7.587	7.547	7.292	9.943
		<u>538.523</u>	<u>432.125</u>	<u>8.658.406</u>	<u>9.123.256</u>
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	5.600.250	5.472.865
Arrendamentos mercantil financeiro	16	-	-	1.579.914	326.027
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	-	-	103	94
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	-	-	243.151	229.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	120.730	129.206
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	4.403	3.603	415.611	406.509
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego		-	-	1.275	645
Provisão para futura desmobilização de ativos	24	-	-	31.609	286.275
Autorizações a pagar	18	-	-	690.285	879.012
Receitas diferidas	22	-	-	1.098.689	137.585
Outros passivos		29.762	29.764	30.585	30.609
		<u>34.165</u>	<u>33.367</u>	<u>9.812.202</u>	<u>7.897.854</u>
Total do passivo		<u>572.688</u>	<u>465.492</u>	<u>18.470.608</u>	<u>17.021.110</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	25	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Ações em tesouraria		(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)
Reservas de capital		1.442.097	1.344.470	1.442.097	1.344.470
Ajustes de avaliação patrimonial		1.887	2.303	1.887	2.303
Reservas de lucros		5.626.131	4.112.332	5.626.131	4.112.332
Total do patrimônio líquido		<u>16.933.044</u>	<u>15.322.034</u>	<u>16.933.044</u>	<u>15.322.034</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>17.505.732</u>	<u>15.787.526</u>	<u>35.403.652</u>	<u>32.343.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita líquida	27	-	-	17.138.851	19.498.165
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	(8.306.857)	(10.083.920)
Lucro bruto		-	-	8.831.994	9.414.245
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	29	-	-	(4.826.895)	(5.022.972)
Gerais e administrativas	30	(29.058)	(23.877)	(1.195.277)	(1.130.754)
Resultado da equivalência patrimonial	13	2.095.890	1.579.188	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(964)	(736)	434.395	(774.830)
		2.065.868	1.554.575	(5.587.777)	(6.928.556)
Lucro operacional		2.065.868	1.554.575	3.244.217	2.485.689
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	32	7.090	3.146	848.737	702.417
Despesas financeiras	33	(1.448)	(11.308)	(1.115.524)	(997.294)
Variações cambiais, líquidas	34	(365)	6	2.409	2.105
		5.277	(8.156)	(264.378)	(292.772)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.071.145	1.546.419	2.979.839	2.192.917
Imposto de renda e contribuição social	35	-	-	(908.694)	(646.498)
Lucro líquido do exercício		2.071.145	1.546.419	2.071.145	1.546.419
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	36	0,8558	0,6396		
Lucro diluído por ação	36	0,8557	0,6393		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	2.071.145	1.546.419	2.071.145	1.546.419
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego, líquido do efeito tributário	(416)	290	(416)	290
Total do resultado abrangente do exercício	2.070.729	1.546.709	2.070.729	1.546.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.839.770	1.217.640	438.634	2.614.230	485.722	(3.369)	2.013	-	14.594.640
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.546.419	1.546.419
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	290	-	290
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	290	1.546.419	1.546.709
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 26)	-	5.687	-	-	-	-	-	-	5.687
Aumento de capital	26.528	-	-	-	-	-	-	-	26.528
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	77.322	-	-	-	-	(77.322)	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(367.274)	(367.274)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	121.143	-	-	-	-	-	(121.143)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	980.680	-	-	-	(980.680)	-
Distribuição de dividendos complementares 2013	-	-	-	-	(485.722)	-	-	-	(485.722)
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	1.466	-	-	-	-	1.466
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	26.528	126.830	77.322	982.146	(485.722)	-	-	(1.546.419)	(819.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.866.298	1.344.470	515.956	3.596.376	-	(3.369)	2.303	-	15.322.034
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.071.145	2.071.145
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	(416)	-	(416)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(416)	2.071.145	2.070.729
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 26)	-	4.504	-	-	-	-	-	-	4.504
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	103.557	-	-	-	-	(103.557)	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(468.616)	(468.616)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	93.123	-	-	-	-	-	(93.123)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.405.849	-	-	-	(1.405.849)	-
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	4.393	-	-	-	-	4.393
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	97.627	103.557	1.410.242	-	-	-	(2.071.145)	(459.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.866.298	1.442.097	619.513	5.006.618	-	(3.369)	1.887	-	16.933.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Atividades operacionais					
Lucro antes do IR e CSSL		2.071.145	1.546.419	2.979.839	2.192.917
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	3.361.971	3.052.579
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.095.890)	(1.579.188)	-	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (<i>leaseback</i>)	1b e 31	-	-	(1.210.980)	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	11.704	15.659
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	24	-	-	3.961	7.915
Provisão para processos administrativos e judiciais	23	2.384	694	359.973	264.338
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		(411)	(511)	28.857	(6.211)
Atualização monetária sobre dividendos		-	10.957	-	10.957
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	757.962	747.989
Juros leasing a pagar	33	-	-	145.274	43.904
Juros leasing a receber	32	-	-	(24.045)	(32.085)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	230.357	248.576
Opções de compra de ações	26	654	870	4.502	5.687
		<u>(22.118)</u>	<u>(20.759)</u>	<u>6.649.375</u>	<u>6.552.225</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes			-	535.736	(204.173)
Impostos e contribuições a recuperar		(1.263)	4.470	156.845	(375.939)
Estoques		-	-	122.313	32.796
Despesas antecipadas		-	-	71.561	(33.591)
Dividendos recebidos		385.835	871.796	-	-
Depósitos judiciais		(6.979)	(14.559)	(70.491)	(232.952)
Outros ativos		(14.046)	(2.481)	(75.181)	(33.233)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		(396)	1.333	(9.256)	38.074
Fornecedores		2.853	(569)	(1.804.175)	12.623
Impostos, taxas e contribuições		124	(5.043)	(493.936)	(225.866)
Autorizações a pagar		-	-	(247.806)	1.294.640
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	(2.388)	(172)	(429.261)	(256.497)
Outros passivos		35	35	(127.518)	(127.043)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		341.657	834.051	4.278.206	6.441.064
Atividades de investimentos					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		98	(9)	(558.264)	(12.468)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	1.b	-	-	2.498.421	-
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(4.764.239)	(6.829.436)
Obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	-	(21.453)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		98	(9)	(2.824.082)	(6.863.357)
Atividades de financiamentos					
Aumento do capital social - emissão de ações		-	26.199	-	26.199
Novos empréstimos		-	-	1.262.351	2.302.691
Amortização de empréstimos		-	-	(1.711.497)	(984.342)
Pagamento de leasing financeiro		-	-	(82.092)	(17.586)
Reembolso aos acionistas – grupamento de ações TIM Fiber S.A		-	-	(22)	(46)
Operações com derivativos		-	-	304.994	(123.375)
Dividendos pagos		(360.447)	(835.898)	(360.447)	(835.898)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(360.447)	(809.699)	(586.713)	367.643
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(18.692)	24.343	867.411	(54.650)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43.455	19.112	5.232.992	5.287.642
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		24.763	43.455	6.100.403	5.232.992

Divulgação das informações suplementares das transações não monetárias e outras, encontram-se na Nota 43.
 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	25.767.812	29.004.503
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(230.357)	(248.576)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(2.380.926)	(2.782.896)
	-	-	23.156.529	25.973.031
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(5.167.254)	(7.232.375)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.444)	(11.952)	(2.358.921)	(3.674.485)
	(16.444)	(11.952)	(7.526.175)	(10.906.860)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(3.361.971)	(3.052.579)
Valor adicionado líquido produzido	(16.444)	(11.952)	12.268.383	12.013.592
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.095.890	1.579.188	-	-
Receitas financeiras	7.122	3.265	1.996.752	1.003.425
	2.103.012	1.582.453	1.996.752	1.003.425
Valor adicionado total a distribuir	2.086.568	1.570.501	14.265.135	13.017.017
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	9.203	8.699	595.117	562.053
Benefícios	1.124	1.045	180.995	154.606
F.G.T.S	202	179	57.339	52.627
Outros	685	22	16.911	13.303
	11.214	9.945	850.362	782.589
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.193	2.515	3.205.224	3.310.755
Estaduais	-	1	5.219.157	5.519.228
Municipais	14	15	16.743	13.934
	2.207	2.531	8.441.124	8.843.917
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	1.797	11.393	2.257.714	1.289.139
Aluguéis	205	213	644.790	554.953
	2.002	11.606	2.902.504	1.844.092
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos	468.616	367.274	468.616	367.274
Lucros retidos	1.602.529	1.179.145	1.602.529	1.179.145
	2.071.145	1.546.419	2.071.145	1.546.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Prezados acionistas,

A administração da TIM Participações S.A. ("TIM Participações", "A Companhia" ou "TIM") apresenta aos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2015 abaixo, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil

A TIM Participações é uma companhia de capital aberto com ações listadas na Bovespa e cujas ADRs (*American Depositary Receipts*) são listadas na bolsa de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE). No final de 2015, a Companhia foi informada de que fará parte, pelo oitavo ano consecutivo, do seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Além disso, ela é a única companhia de telecomunicações a participar do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, além de ter implementado o Conselho Fiscal nos termos do Estatuto Social da Companhia, progredindo ainda mais em sua Governança Empresarial.

A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através do compartilhamento de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e acumula sinergias que beneficiam todos os seus clientes. Através de nossas subsidiárias, TIM Celular S.A. e Intelig, operamos no mercado de telefonia móvel, e nos mercados de telefonia fixa e transmissão de dados, em todo território brasileiro. A TIM também é referência na oferta de serviços de ultra banda larga através da TIM Fiber, e nossa área de operações para a TIM Fiber abrange as áreas metropolitanas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2015 foi sem dúvida marcado por grandes desafios, seja para o país, com uma deterioração constante do ambiente macroeconômico ao longo do ano com impacto em crescimento, taxa de câmbio e inflação, seja para o setor e para a empresa, que viu a base de usuários totais cair pela primeira vez após anos de crescimento continuado, a partir da definitiva aceleração da substituição da voz pelo uso de dados e aplicativos de mensagens, levando assim ao início de um acentuado declínio do uso de múltiplos chips e a redução do efeito comunidade nos usuários pré-pagos.

Diante desse cenário de “tempestade perfeita”, mantivemos o foco na execução do nosso plano estratégico e suas metas de médio/longo prazo, em particular com o intenso investimento em infraestrutura, mas atuamos também rapidamente no reposicionamento de nosso portfolio diante das mudanças estruturais do setor, intensificando ainda nossas ações de eficiência, que ajudaram a proteger os resultados financeiros da companhia e expandir a nossa margem operacional mesmo em um ano de retração de receita e, em menor intensidade, de EBITDA.

O Ano da Infraestrutura

Apesar dos desafios de curto prazo, seguimos com a visão da importância estratégica do desenvolvimento de uma infraestrutura robusta para o crescimento dos dados, centrada particularmente na tecnologia 4G, que proporciona mais qualidade de serviço e maior eficiência nos custos de rede. E com essa visão atingimos a marca de R\$4,7 bilhões de investimentos durante o ano, não apenas atingindo, mas superando os nossos objetivos de crescimento da infraestrutura durante 2015, mesmo diante de um cenário de significativa depreciação cambial do Real. Esses investimentos nos permitiram alcançar, ao final do ano, a marca de 411 cidades cobertas com 4G, ou 59% da população urbana do país, atingindo assim a posição de liderança absoluta na cobertura 4G no Brasil, seja em número de cidades atendidas, seja em percentual da população coberta. Além disso, adicionamos mais de 500 novas cidades à cobertura 3G, e alcançamos a marca de mais de 70.000 km de fibra ótica própria, o que seguirá permitindo o crescimento acelerado da nossa infraestrutura de dados de alta capacidade – essencial para o posicionamento competitivo agora e no futuro.

Rápido Reposicionamento do Portfolio e Ofertas

Com a rápida mudança do perfil de consumo de serviços de telecomunicações pelos usuários brasileiros, a TIM manteve a sua tradição de operadora mais inovadora do país, e foi a primeira a reposicionar o seu portfolio completo para todos os segmentos – Pré, Controle e Pós, de maneira a eliminar a diferenciação entre chamadas para usuários de nossa própria rede e para usuários de outras operadoras em todos os nossos novos planos, ampliando a conveniência dos nossos pacotes de voz e dados em todos os segmentos. Com isso saímos na frente ao início de um novo ciclo da indústria, representado pela redução dos múltiplos chips por usuário e correspondente concentração de utilização em um único chip. Esse movimento ousado nos ajudará a proteger e aumentar o valor de nossa base de clientes no segmento pré-pago, onde somos líderes, bem como a seguir crescendo a base de clientes pós-pagos, que passam a ter na TIM ofertas mais completas de voz e dados por valores justos e que incentivam o crescimento da utilização dos serviços a partir do seu entendimento e adoção.

Apesar de ainda preliminares, os primeiros resultados são bastante encorajadores do ponto de vista de atratividade para os clientes e geração de novas adições brutas, aumento médio do ARPU e consistência com os níveis de rentabilidade previstos, e ajudaram a fazer com que o saldo total de portabilidade numérica da TIM com relação a todas as demais operadoras tenha passado a ser positivo a partir do mês de lançamento do novo portfólio, em todos os segmentos de clientes.

Intensidade das Ações de Eficiência Compensando os Desafios de Curto Prazo nos Resultados Financeiros

Ao longo de 2015, as pressões de curto prazo advindas da queda das receitas de voz, SMS e interconexão fizeram com que as receitas totais de serviços tivessem uma redução de 5,8% no ano. No entanto, excluídas as receitas de interconexão (que enfrentam um percurso de redução regulatória e sofreram uma nova redução das tarifas VU-M), pudemos atingir a estabilidade das chamadas receitas geradas pelos nossos usuários, a partir do significativo crescimento das receitas de dados, que tiveram um crescimento total no ano de cerca de 40%, com resultados positivos tanto em ARPU quanto em base usuários de dados. Importante ressaltar que a maior redução nas receitas totais foi resultado do impacto direto da estratégia de redução dos volumes de vendas de aparelhos (que não apresentam contribuição significativa para margem operacional), e foco em clientes de maior valor.

Apesar da redução das receitas de serviços móveis, a intensificação das ações de eficiência anunciadas no segundo trimestre do ano possibilitou a limitação do impacto no EBITDA gerado pela companhia, que recuou 2,6% no ano, mesmo frente a uma maior redução das receitas. A partir do plano de eficiência, foram obtidos bons resultados na contenção de despesas operacionais em virtualmente todas as áreas da companhia, o que elevou a nossa margem operacional EBITDA para 31,5% no ano, o melhor resultado anual histórico da companhia até aqui e um benchmark do setor no Brasil. Importante ainda enfatizar a continuada solidez de nosso balanço, que apresenta uma relação de dívida líquida sobre EBITDA de apenas 0,3x, uma das menores da indústria, permitindo assim uma grande flexibilidade financeira. Cabe lembrar também que os resultados reportados de 2015, quando acrescidos dos impactos do processo de venda de torres, apresentam números bem mais positivos do que os resultados orgânicos acima comentados.

Conclusão e Perspectivas

Em conclusão, apesar de todos os desafios encontrados ao longo do ano de 2015, a companhia pode demonstrar o seu comprometimento com o posicionamento e ações estruturais de médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que foi capaz de reagir rapidamente aos principais desafios na transformação do mercado e consequente necessidade de proteção dos seus resultados financeiros diante de um cenário de pressões às suas receitas no curto prazo.

Para 2016, enfatizaremos o foco em três principais pilares, com a manutenção dos investimentos em infraestrutura e liderança 4G, desenvolvimento e geração de resultados positivos do nosso novo portfólio e ofertas anunciados ao final de 2015 e continuação da intensidade das ações de eficiência que nos permitam seguir incrementando a nossa margem operacional. Esperamos que esses três pilares, somados à crescente utilização de serviços de dados e à evolução do nosso

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

Mensagem da Adm

posicionamento em qualidade/ofertas/experiência dos usuários, façam com que terminemos 2016 em uma trajetória ascendente e de melhoria continuada de resultados.

Muito em breve, faremos o anúncio do nosso plano industrial para o período 2016-2018, e tenho confiança em que, mais uma vez, a grande equipe de profissionais da TIM continuará fazendo a diferença diante de todos os desafios que se apresentam.

Rodrigo Abreu
CEO

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração****2. Panorama Econômico e Industrial****2.1. Ambiente Econômico**

O cenário macroeconômico foi bastante difícil em 2015, quando a instabilidade política, contração do PIB, a aceleração da inflação, a queda das notas de crédito e o desaquecimento da economia mundial pioraram a situação do Brasil. A política de aumento de juros nos Estados Unidos, a desaceleração das economias chinesa e europeia e a redução do preço do petróleo e outras commodities levaram o país a uma contração estimada do Produto Interno Bruto (PIB) de -3,7%, de acordo com o último Boletim Concensus do Banco Central de 2015, e um aumento da taxa de desemprego para 9,0% ao ano, de acordo com a última PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE em outubro.

A inflação oficial encerrou o ano em 10,67%, acima do teto da meta, de 6,5%, embora o Banco Central (BACEN) tenha implementado sucessivos aumentos na taxa de juros básica (SELIC), que em 2015, passou de 11,75% para 14,25% ao final do ano. A expectativa para o fim de 2016, de acordo com o mais recente Boletim Concensus do Banco Central de 2015, é de que a SELIC poderá chegar a 15,25%.

Com relação à questão da taxa de câmbio, o Brasil continua tentando segurar a valorização do dólar, que subiu 47% frente ao Real em 2015, mesmo com a manutenção pelo BACEN da venda de moeda no mercado com contratos de swap. Por outro lado, apesar da redução de 14% nas exportações, a desaceleração da economia brasileira contribuiu para reduzir ainda mais as importações, resultando num saldo comercial com superávit acumulado de US\$19,7 bilhões.

2.2. Particularidades do setor

A telefonia móvel no Brasil é caracterizada por ser um setor privado onde os preços e tarifas são regulados pelo mercado. A ANATEL atua como a agência que regula todos os setores de telecomunicações no Brasil, com a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações no país para dar ao mesmo uma infraestrutura de telecomunicações moderna e eficiente, capaz de oferecer à sociedade serviços apropriados, diversificados e a preços justos, em todo território nacional”.

No ambiente competitivo, o setor de telefonia móvel brasileiro é apresentado como um dos mais competitivos do mundo, sendo um dos poucos a ter quatro grandes concorrentes com presença nacional e uma participação de mercado de 18% a 29%. O forte movimento competitivo no mercado implica em maior pressão sobre margens devido a despesas comerciais relacionadas a publicidade, comissões e benefícios.

A necessidade de capital intensivo também é uma das principais características do setor de telecomunicações. Para suportar o aumento no tráfego da rede ao longo dos anos e o advento de novas tecnologias, são necessários níveis de investimento altos para assegurar escala e a qualidade dos serviços prestados.

Relatório da Administração

3. Serviços TIM

3.1. Nosso Negócio

Marca forte associada a inovação. A TIM possui uma marca forte e reputação pela inovação, tendo sido pioneiros em lançamentos de diversos produtos no Brasil, nossos planos e ofertas inovadores ajudaram a posicionar a companhia como uma prestadora de serviços capaz de definir um novo padrão no mercado. Entre esses planos, introduzimos o conceito de cobrança por chamada (ao invés de por minuto), equalizando as tarifas para chamadas locais e de longa distância dentro ou fora da nossa rede.

Em 2015, com a pressão do cenário macroeconômico, a chegada a um nível de quase saturação das linhas de voz no país e a substituição acelerada de voz por mensagens e dados, confirmamos nossa previsão no início de uma consolidação no número de cartões SIM pré-pagos múltiplos, resultando numa redução importante no chamado “efeito comunidade” (efeito clube, com chamadas *on-net* custando uma fração das chamadas *off-net* e retendo usuários com base no número total de base de clientes, ou “comunidade”), bem como uma redução geral no número total de usuários devido à redução da base pré-paga, como resultado, o mercado em geral reduziu para 257,8 milhões contra 280,7 milhões de linhas em 2014.

3.2. Nossa Estratégia

Com nossa estratégia estabelecida de foco em dados, o crescimento da nossa receita bruta de dados continuou inabalável até mesmo pela crise macro e alcançou novamente um crescimento de dois dígitos, 17% ano contra ano.

Este desempenho foi certamente ajudado pela continuidade do nosso foco de longo prazo em investimentos na infraestrutura, que mais uma vez apresentou resultados substanciais em 2015, conforme detalhado a seguir, e também pela estratégia de subir o valor da nossa base de clientes, que apresentou uma melhoria no mix entre clientes pós-pagos e pré-pagos, com o primeiro crescendo em dois dígitos e atingindo uma participação de 21% no final do ano, em comparação com 17% um ano antes.

Nós continuamos com foco na importância estratégica de desenvolver uma infraestrutura robusta de dados para o crescimento do tráfego, particularmente na tecnologia 4G, o que proporciona uma melhor qualidade de serviço e aumento da eficiência dos custos da rede. Nosso volume de investimentos nos permitiu alcançar, no final do ano, a marca de 411 cidades cobertas ou 59% da população urbana do país, atingindo, assim, a posição de liderança absoluta na cobertura 4G no Brasil, tanto em número de cidades, quanto em percentual da população urbana coberta. Além disso, nós adicionamos ainda cerca de 300 novas cidades com cobertura 3G, e alcançamos a marca de 70.000 quilômetros de fibra própria, que seguirá permitindo o crescimento acelerado de nossa infraestrutura de dados de alta capacidade – essencial para a nossa posição competitiva, agora e no futuro.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

4. Recursos Humanos

A TIM tem como um dos seus pilares estratégicos “Pessoas e Organização”, de modo que o foco nas pessoas, o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades são vetores de encorajamento e renovação do sentido de orgulho e pertencimento dos seus funcionários. Nossa meta é estimular a criatividade e incentivar as pessoas a quebrar as barreiras da vida cotidiana e ir além dos seus limites. Tudo isso com foco no cliente, para levar comunicação ilimitada, acesso a tecnologia e mobilidade total à todos os clientes da TIM.

A companhia administra seus recursos humanos alinhando as expectativas das pessoas, as necessidades do negócio e as condições de mercado. Num ambiente de trabalho motivador e desafiador, a TIM oferece espaço e oportunidades para que sua equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as conquistas da Companhia.

4.1. Pessoas

O Grupo TIM encerrou 2015 com 13.062 funcionários em todo Brasil. Essas pessoas, com suas histórias e o seu conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como chave para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 48% das pessoas têm formação universitária ou frequentam a universidade, e 7% da força de trabalho possui pós-graduação. Os números e resultados mostram que os funcionários formam um quadro diversificado e altamente qualificado para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho da TIM é complementada por 278 trainees e 402 aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os funcionários têm acesso a ferramentas inovadoras e caminhos bem estruturados para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais da Companhia, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$13 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2015.

Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM mapeia e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais, recorrendo ao Gerenciamento de Desempenho.

Ao longo de 2015, 1.211 funcionários foram premiados com ações de mérito e oportunidades internas, chegando a 21% da população qualificada, com um aumento médio de salário de 20,8%

A atração e desenvolvimento de profissionais com alto potencial são prioridades para a TIM. Através do Programa Talentos Sem Fronteiras, a TIM procura identificar e atrair os melhores jovens profissionais no mercado de trabalho, preparando-os para colocar em prática novas ideias e assumir posições estratégicas dentro da companhia em um curto período de tempo.

Para atrair os melhores alunos do mercado e treinar nossos profissionais do futuro, o Programa Estágio Sem Fronteiras traz para a TIM jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

equipe e, especialmente, interesse em desafios. Em 2015, mais de 59.930 alunos de todo país se inscreveram no programa.

No canal de comunicação interna, a campanha de identidade empresarial buscou alinhar a mesma meta para todos os funcionários, destacando a importância do trabalho de cada um deles para as conquistas da Companhia, com foco na proposta/missão da companhia "Conectar e Cuidar de Cada um para que Todos possam fazer Mais " e nos valores de Compromisso, Agilidade, Atendimento ao Cliente, Inovação, e Transparência.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa a conceder opções de compra ou subscrição de ações da TIM Participações a diretores e funcionários da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso do objeto social da Companhia e também dos interesses dos acionistas, conselheiros e funcionários da Companhia.

O plano consiste em conceder o direito de compra de ações da companhia por um preço predeterminado durante um período especificado. As opções estão sujeitas a um período de aquisição (durante o qual as opções não poderão ser exercidas) e condições de execução (que podem ajustar positivamente ou negativamente o preço de opção). Na medida em que os funcionários forem capazes de adicionar valor ao preço das ações, eles lucrarão com o exercício das suas opções.

A concessão de opções de ação ou subscrição de ações vem sendo feita anualmente por 3 anos e o exercício da opção de compra ou subscrição de ações será concluído gradativamente, até 33% no primeiro ano, até 66% no segundo ano e 100% no terceiro ano, contados a partir de cada uma das três concessões. O prazo das opções é de 6 anos.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a administração do Plano fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia. Atualmente, existem dois Planos de Incentivo de Longo Prazo vigentes na companhia, referentes aos ciclos 2011-2013 e 2014-2016.

O exercício do Plano de Opções 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas de desempenho específicas, enquanto que o exercício do Plano de Opções 2014-2016 não possui tais condições. O Preço Alvo é calculado aplicando-se um ajuste sobre o preço base da ação, aumentando ou reduzindo este valor, de acordo com o critério definido em cada Plano.

4.3.1. Ciclo 2011-2013

Neste Plano, os resultados de três períodos de aquisição de 2011 e 2012, concessões de 2011, e o 1º e 2º períodos de aquisição de 2013 já foram determinados:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração**

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-3.122.045	2.045.888
1ª Concessão	<i>2.833.595</i>	<i>-1.532.132</i>	<i>-1.301.463</i>	<i>0</i>
2ª Concessão	<i>2.661.752</i>	<i>-896.479</i>	<i>-1.251.369</i>	<i>513.904</i>
3ª Concessão	<i>3.072.418</i>	<i>-971.221</i>	<i>-569.213</i>	<i>1.531.984</i>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração****4.3.2. Ciclo 2014-2016**

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	5.042.915	0	-382.124	4.660.791
1ª Concessão	<i>1.687.686</i>	<i>0</i>	<i>-382.124</i>	<i>1.305.562</i>
2ª Concessão	<i>3.355.229</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>3.355.229</i>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração****5. Rede**

Os investimentos da Companhia priorizam projetos para (i) expansão da rede de fibra ótica, (ii) otimização do uso da rede, com ajustes para melhorar a qualidade do sinal nas áreas de cobertura atuais, (iii) mapeamento das principais causas de interrupções e falhas da rede, assim como as medidas necessárias para impedir esses eventos, assegurando a qualidade da conexão de chamadas e dados, para maior capacidade de acesso do usuário.

Como prestadora de um serviço essencial para o desenvolvimento socioeconômico do país, nós acreditamos realmente que a promoção do acesso universal a serviços de telecomunicações está contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura do país. A Companhia reafirma seu compromisso de investimento para 2016 e com a busca incessante de mais e melhores serviços, esforçando-se para atender todas as necessidades de todos os seus clientes.

5.1. Cobertura Nacional

A TIM Brasil possui hoje um amplo alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em mais de 3.400 cidades. A TIM também possui uma extensa cobertura de dados em todo o país, usando as mais avançadas tecnologias 3G e 4G disponíveis para 82% e 54% da população urbana, respectivamente.

Do total de investimentos em 2015, R\$2,7 bilhões foram investidos apenas em rede e tecnologia de informação, de modo a expandir a cobertura e a capacidade, com o crescimento do tráfego de voz e dados.

A TIM continuará investindo para fornecer uma banda larga móvel de alto desempenho, principalmente através do programa Banda Larga Móvel (MBB). Esse programa habilita a rede para serviços de transmissão de dados de alta qualidade através do uso do 3G com HSPA+, permitindo alcançar até 21Mbps por portadora, além de habilitar o recurso de portadora dupla (*Dual Carrier - DC*), totalizando até 42Mbps por antena. O MBB também inclui *activation sites* com rede LTE (4G), antenas backhaul de alta capacidade através da expansão da rede FTTS (*Fiber to The Site*), enlaces de microondas, e uso de um novo modelo de gerenciamento de conteúdo (infraestrutura de Cache), reduzindo serviços de latência e melhorando a experiência do cliente.

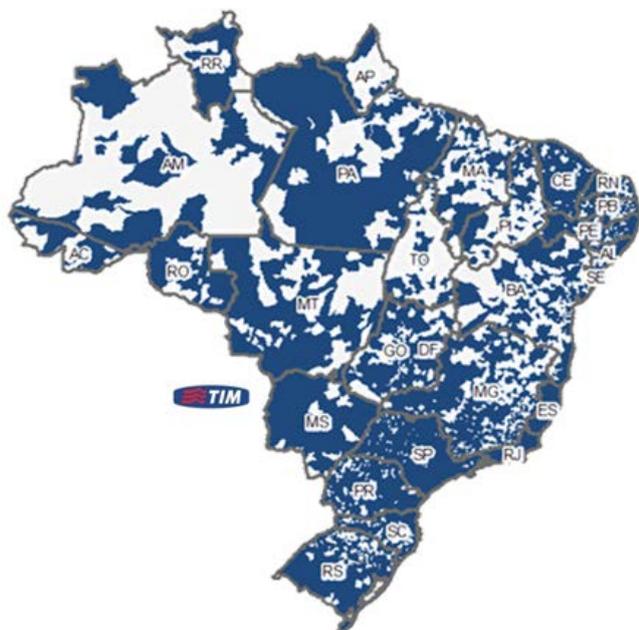
O ano de 2015 termina com a entrega dos principais projetos de infraestrutura para benefício dos usuários. Melhorias na transmissão de dados permitem um desempenho de navegação diferenciado para usuários de banda larga móvel através de websites ligados a fibra ótica e microondas de alta capacidade, modernização do acesso por rádio e implementação de novos recursos no núcleo da rede.

Em 2015, a TIM aumentou em 108% o volume de instalações de equipamentos eNodeB, aumentando também em 32% o número de locais conectados por fibra ótica e microondas, possibilitando um aumento na capacidade de transmissão de dados.

É importante destacar que no início de 2016 a TIM alcançou a liderança na cobertura 4G com 411 cidades e mais de 100 milhões de habitantes que agora podem contar com a tecnologia de 4ª geração de internet móvel. Em 2016 a TIM irá acelerar esse ritmo de expansão.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração



Cobertura 2G (95% pop. urbana)

Cobertura 3G (82% pop. urbana)

Cobertura 4G (54% pop. urbana)

A Companhia manteve o programa interno iniciado em 2009 para monitorar a qualidade da rede, baseado em amostragem de medições nas ruas das principais áreas metropolitanas do país. O programa monitora o desempenho da rede da TIM e também das outras operadoras móveis e é usado para fazer ajustes finos, melhorando a qualidade da rede.

5.2 Atendimento ao Cliente e Qualidade

Até 15 de novembro (última data disponível), a TIM se destacou positivamente no número de reclamações de clientes em Procons, integrados ao sistema SINDEC (Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor), sendo a operadora com menor número de reclamações no resultado nacional consolidado, com 50% a menos reclamações do que o segundo lugar mais demandado.

Quanto às exigências da Anatel para qualidade de rede, a TIM manteve seu desempenho sólido atendendo todas as metas da Agência no final de 2015. De abril a outubro de 2015 (última data disponível), a Companhia cumpriu todas as metas da Anatel tanto para serviços de Voz como de Dados (3G/4G) em cada um dos estados. Essa conquista é resultado do forte compromisso com a qualidade e nossa meta de acelerar o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente para suportar a expansão de dados e entregar uma experiência de uso ainda melhor.

5.3. Cobertura Internacional (Roaming)

No exterior, a TIM continua expandindo a disponibilidade de serviços de roaming internacional, já existem mais de 474 redes disponíveis em mais de 212 destinos, em seis continentes (inclusive Antártica), para uso de Voz e 153 destinos com cobertura de dados. Além disso, a companhia também é líder em cobertura para clientes pré-pagos, disponibilizando o serviço para 54 destinos. Para maior conveniência do usuário do serviço, clientes que viajam ao exterior também têm cobertura a bordo de navios e aviões, inclusive em alguns voos domésticos (parceria entre TIM, OnAir e TAM).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

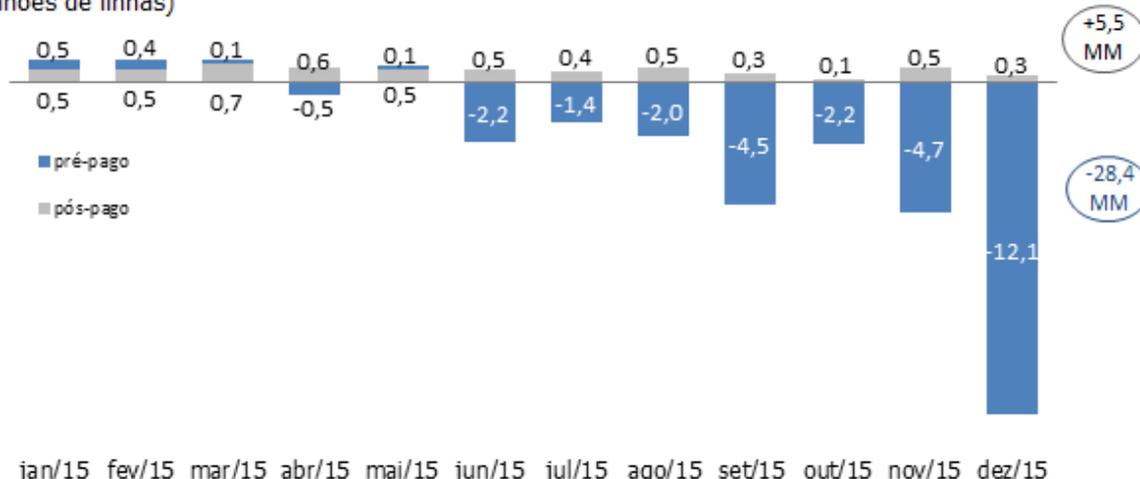
6. Desempenho Operacional e Financeiro

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

2015 foi o início de uma consolidação expressiva de cartões múltiplos SIM pré-pagos, com a pressão do cenário macroeconômico, a chegada a um nível de quase saturação das linhas de voz e a substituição acelerada de voz por dados, resultando uma redução substancial no efeito comunidade e redução geral do número total de usuários, devido à redução da base de clientes pré-paga. Todos os players apresentaram desconexões na base pré-paga, num movimento que foi intensificado nos últimos trimestres, conforme percebido nos números divulgados pela Anatel, levando ao primeiro ano com redução na base de clientes geral.

Adições Líquidas do Mercado Móvel

(milhões de linhas)



Fonte: Anatel

6.2. Desempenho da TIM

A base de assinantes da TIM alcançou 66,2 milhões de linhas no final de 2015, menos 12,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

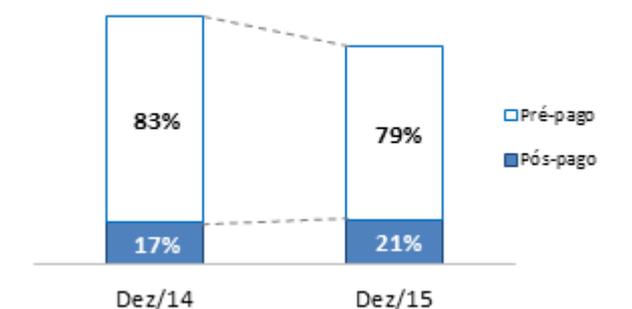
Em tecnologia 3G, a base total de clientes alcançou 37,5 milhões de usuários, igual a 2014, seguindo uma penetração crescente de dispositivos 4G. **A base 4G alcançou 7,1 milhões de usuários** ao fim de 2015, comparado aos 2,5 milhões ao final de 2014, prova de que a abordagem da Companhia para 4G está valendo a pena.

A **penetração total de smartphones alcançou 68%** da base de clientes, um crescimento notável comparado a 49% ao final de 2014, provando o sucesso da estratégia de equipar seus clientes para estimular a penetração de serviços de dados entre seus usuários. Os **usuários exclusivos de dados alcançaram 31,8 milhões de linhas** ou 48% da base total no fim de 2015.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração**

As adições líquidas da TIM totalizaram -9,5 milhões de linhas em 2015 (contra +2,3 milhões em 2014), como resultado de menos adições brutas de 34 milhões de linhas e redução de 12,5% em comparação a 2014 e desconexões muito maiores de 43,7 milhões de linhas no período e um aumento de 18,6% A/A. Conseqüentemente a taxa de *churn* em 2015 chegou a 59,1%, um aumento em relação a 49,6% no mesmo período do ano anterior.

A base de clientes pós-pagos alcançou 13,6 milhões de usuários no final do ano, +8,6% de crescimento anualizado. Durante o ano, a TIM adicionou 1,1 milhões de usuários no segmento pós-pago (contra 223 mil adições líquidas no mesmo período do ano anterior).

Base Total - TIM

Fonte: Anatel

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

7. Desempenho Financeiro

7.1. Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	Análise Anual		
	2015	2014	% A/A
R\$ Milhares			
Receita Bruta	25.767.811	29.004.503	-11,2%
Receita de Serviços	23.120.946	24.533.183	-5,8%
Serviços Móveis e Outras Receitas	22.117.761	23.632.023	-6,4%
Assinatura e Utilização	9.763.865	11.007.035	-11,3%
SVA - Serviços de valor agregado	7.741.751	6.616.020	17,0%
Longa Distância	2.710.730	3.094.139	-12,4%
Interconexão	1.581.834	2.630.661	-39,9%
Outras Receitas	319.581	284.168	12,5%
Serviços Fixos e Outras Receitas	1.003.185	901.160	11,3%
Receita de Produtos	2.646.866	4.471.320	-40,8%
Impostos e descontos	(8.628.960)	(9.506.338)	-9,2%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(7.737.132)	(8.208.176)	-5,7%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(891.828)	(1.298.162)	-31,3%
Receita Líquida	17.138.851	19.498.165	-12,1%
Receita de Serviços	15.383.813	16.325.007	-5,8%
Receita de Serviços Móveis Inovativos	4.682.903	3.469.933	35,0%
Receita de Produtos	1.755.038	3.173.159	-44,7%

O ano de 2015 trouxe impactos notáveis em todas as frentes de negócio seguindo grandes mudanças nos padrões de uso (transição de voz para dados), condições macroeconômicas desafiadoras e o ainda relevante impacto dos cortes das tarifas de interconexão.

O detalhamento da receita bruta e outros destaques seguem abaixo:

A receita bruta de Assinatura e Utilização terminou 2015 com queda de 11% A/A, impactada pela contínua migração do uso voz para dados. Os Minutos de Uso (MOU) totalizaram 119 minutos em 2015 (-12% A/A). Entretanto, em base sequencial no 4T15, o MOU mostrou uma leve recuperação para 120 contra 119 no 3T15, devido ao lançamento das novas ofertas e sua franquia *off-net*.

A receita bruta de Serviços de Valor Agregado (SVA) cresceu 17% A/A em 2015 à medida que a receita inovativa aumentou sua relevância no resultado. Embora o negócio de mensagens instantâneas (SMS) tenha contraído mais uma vez, continuando a impactar negativamente o resultado de Serviços de Valor Agregado, a Receita inovativa cresceu 35% A/A. No geral, a receita de SVA alcançou 38% da receita líquida de serviços móveis e representou uma contribuição positiva para a margem da companhia.

A receita bruta de longa distância foi fortemente impactada pela exposição à mudança de uso de voz para dados em 2015. Tal processo está acelerando a comoditização dos serviços de longa distância e impactou seu desempenho durante o ano. As novas ofertas lançadas em novembro, que incluem chamadas *off-net* com o mesmo preço de chamadas *on-net* em todo território nacional, podem reduzir o ritmo desse processo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração**

A receita bruta de interconexão caiu 40% A/A em 2015 devido à combinação da forte redução no preço da VU-M e da mudança na dinâmica do tráfego total de voz. A redução de uso de SMS também apresentou impacto nessa linha. No total, a receita de Interconexão apresentou queda de mais de R\$1 bilhão em 2015, sendo uma das principais causas para a redução da receita de serviços móveis no período.

Outras Receitas Móveis avançaram 12,5% A/A em 2015, impulsionadas principalmente pelo crescimento de receitas relacionadas ao compartilhamento de infraestrutura e parcialmente compensadas pelo declínio das receitas de locação de torres em consequência da operação de venda e arrendamento (*sales-leaseback*).

A receita bruta do negócio fixo teve uma recuperação sólida em 2015 e cresceu mais de 11% A/A, após perdas consecutivas em anos anteriores. O segmento teve seu melhor trimestre do ano no 4T15, provando a atratividade do negócio de ultra banda larga e as recompensas do bem sucedido processo de reestruturação do portfólio corporativo da TIM.

Um ambiente macroeconômico ainda mais desafiador afetou o segmento de varejo no Brasil como um todo e, junto com a desvalorização do Real, foram as principais barreiras a venda de aparelhos em 2015. **A Receita Bruta de Produtos caiu 41% no período. No 4T15 observamos uma queda maior** com a companhia ajustando sua estratégia de aparelhos à medida que a penetração de *smartphones* alcança aproximadamente 70%.

No total, a venda de aparelhos apresentou redução de 61% A/A em 2015, para 4,7 milhões de unidades, enquanto o preço médio aumentou 50% A/A no mesmo período.

A Receita Líquida Total caiu 12,1% em 2015 enquanto a Receita Líquida de Serviços apresentou redução de 5,8%. A/A. Em relação às Receitas Líquidas, é importante destacar que a receita do "Negócio Gerado" permaneceu estável em 2015, apesar da aceleração na transição do uso de voz para dados e a influência negativa dos desafios macroeconômicos. Este indicador, que melhor representa os fundamentos e o núcleo do negócio da TIM, foi suportado principalmente pelo crescimento nas receitas de dados.

A Receita Líquida Móvel Inovativa (receitas de SVA excluindo receitas de SMS) aumentou 35% em 2015, impulsionada pela estratégia da companhia de incentivar a adoção dos clientes à tecnologia 4G e pelo aumento da penetração de smartphones que estimulou o uso de dados. O BOU (bytes de uso) avançou aproximadamente 30% quando comparado a 2014, enquanto a penetração de smartphones alcançou 67,6% da base de clientes, em comparação com 49,5% no 4T14.

O ARPU (receita média por usuário) alcançou R\$17 em 2015, recuando 5,6% A/A, impactado em grande medida pelo corte da VU-M e pela redução no uso de voz. Quanto ao 4T15, o ARPU atingiu R\$18 (-1,8% A/A) mostrando um sinal inicial de recuperação. **Quanto ao ARPU de SVA**, ocorreu um aumento significativo de aproximadamente 18% A/A no 4T e no ano de 2015. Tal aumento foi responsável por sustentar o crescimento das receitas inovativas durante o ano.

Como consequência dos cortes consecutivos da tarifa VU-M, associados à migração de voz para dados, a incidência da VU-M sobre a receita líquida de serviços têm diminuído significativamente a cada trimestre, alcançando seu nível mais baixo no 4T15 em 8,0%.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

7.2 Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	Análise Anual		
	2015	2014	% A/A
R\$ Milhares			
Custos Recorrentes¹ da Operação	(11.743.643)	(13.959.897)	-15,9%
Custo de pessoal	(1.043.852)	(962.875)	8,4%
Comercialização	(3.746.642)	(3.990.778)	-6,1%
Rede e interconexão	(3.823.481)	(4.317.732)	-11,4%
Gerais e administrativos	(610.974)	(670.078)	-8,8%
Custo dos produtos vendidos	(1.856.668)	(3.340.449)	-44,4%
Provisão para devedores duvidosos	(230.357)	(248.576)	-7,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(431.669)	(429.408)	0,5%
Custos Recorrentes¹ da Operação Ex-CMV	(9.886.975)	(10.619.448)	-6,9%
Custos Reportados da Operação	(10.532.663)	(13.959.897)	-24,6%

¹ Excluindo o efeito da venda de torres

O detalhamento de custos e despesas em 2015 é feito abaixo:

As Despesas com Pessoal tiveram aumento de 8,4% A/A em 2015, como resultado da estabilização do nosso número de empregados, que tem aumentado ao longo dos últimos anos devido à expansão da rede e ao programa de internalização, junto com o aumento de lojas próprias. Em 2015, nossa força de trabalho aumentou 1,6% A/A alcançando 13.062 pessoas.

As despesas de Comercialização recuaram 6,1% A/A em 2015 devido a (i) redução significativa dos custos com publicidade, apesar do lançamento do novo portfólio em novembro; (ii) forte queda nas despesas com comissionamento e; (iii) importante economia com FISTEL (-17% A/A) em consequência de forte desconexão em usuários pré-pagos de baixo ARPU.

Os custos de Rede & Interconexão tiveram queda de 11,4% A/A em 2015, fortemente impactados pelas reduções (i) das tarifas VU-M, (ii) do tráfego de voz/SMS *off-net* e aos (iii) dos custos de linhas alugadas, mas que foram parcialmente compensados por custos mais elevados de eletricidade (+44% A/A) e despesas com aluguel de terrenos em consequência da aceleração da expansão da cobertura da rede.

A redução anual de 8,8% em despesas Gerais e Administrativas (G&A) foi impulsionada principalmente pelo Plano de Eficiência iniciado no 2T15.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) teve forte queda de 44,4% quando comparado ao mesmo período de 2014, devido à redução de 61% no número de aparelhos vendidos. Um ambiente macroeconômico mais difícil que afetou o segmento de varejo como um todo, e a forte desvalorização do Real foram os principais fatores para este desempenho. No 4T15, esta tendência acelerou, fazendo com que o CMV recuasse 85,2% A/A.

As Provisões para Devedores Duvidosos – PDD caíram 7,3% A/A em 2015 devido à melhora no desempenho do segmento fixo, resultado da reestruturação desse negócio. **Como percentual da receita bruta, a Inadimplência alcançou 0,89%** em 2015, praticamente estável na comparação com 2014 (0,86%) apesar de um ambiente macroeconômico ainda mais desafiador.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

Outras despesas operacionais permaneceram estáveis em 2015 quando comparadas ao ano anterior e no 4T15 subiram 4,0% A/A devido, principalmente, ao maior custo com contingências.

Os Custos de Aquisição de Clientes (onde SAC = subsídio + comissionamento + total de despesas com publicidade) atingiram R\$30,5 por adição bruta em 2015, um aumento de 11,3% A/A devido a um maior foco na aquisição de clientes de alto valor. **A relação SAC/ARPU (indicando o *payback* por cliente) alcançou 1.9x** em 2015, estável quando comparada a 2014, apesar do aumento de 8,6% A/A em clientes pós-pagos.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	Análise Anual		
	2015	2014	% A/A
R\$ Milhares			
EBITDA	5.395.208	5.538.268	-2,6%
Margem EBITDA	31,5%	28,4%	3,1pp
Depreciação & Amortização	(3.361.971)	(3.052.579)	10,1%
Depreciação	(1.851.261)	(1.672.857)	10,7%
Amortização	(1.510.710)	(1.379.722)	9,5%
EBIT	2.033.237	2.485.689	-18,2%
Margem EBIT	11,9%	12,7%	-0,9pp
Resultado Financeiro Líquido	(264.377)	(292.772)	-9,7%
Despesas financeiras	(1.115.524)	(997.294)	11,9%
Receitas financeiras	848.737	702.417	20,8%
Variações cambiais, líquidas	2.410	2.104	14,5%
Lucro antes dos impostos	1.768.860	2.192.917	-19,3%
Imposto de renda e cont. social	(536.554)	(646.499)	-17,0%
Lucro Líquido	1.232.306	1.546.418	-20,3%
RECORRENTE¹			
EBITDA	6.606.188	5.538.268	19,3%
Margem EBITDA	38,5%	28,4%	10,1pp
Depreciação & Amortização	(3.361.971)	(3.052.579)	10,1%
EBIT	3.244.217	2.485.689	30,5%
Resultado Financeiro Líquido	(264.377)	(292.772)	-9,7%
Lucro antes dos impostos	2.979.840	2.192.917	35,9%
Imposto de renda e cont. social	(908.694)	(646.499)	40,6%
Lucro Líquido	2.071.145	1.546.418	33,9%
REPORTADO			

¹ Excluindo o efeito da venda de torres

EBITDA

O EBITDA (ou LAJIDA) Recorrente (excluindo a venda de torres) teve queda A/A de -2,6% em 2015 e -4,5% no 4T15, principalmente devido a: (i) um ambiente macroeconômico mais difícil, (ii) impacto do corte da VU-M e (iii) migração de serviços de voz para dados.

Seguindo uma trajetória similar à exposição da receita, a incidência da VU-M sobre o EBITDA recorrente vem caindo significativamente ao longo dos anos, chegando a ~10% no 4T15, o menor nível histórico.

O crescimento anual do EBITDA Reportado ocorreu principalmente devido as três parcelas da venda de torres ocorridas no 2º, 3º e 4º trimestres com um efeito líquido total de R\$ 1.211 milhões (*por favor, consulte a sessão específica abaixo para detalhes adicionais*). No 4T15, a 3ª parcela não compensou a tendência de queda mencionada acima.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração****Depreciação e Amortização / EBIT**

Em 2015 e no 4T15, Depreciação e Amortização cresceram devido a maior aquisição de equipamentos de rede seguindo a intensificação da implementação do Capex. No 4T15, a TIM alcançou a liderança em cobertura 4G, tanto em termos de população urbana (59% contra 36% em 2014) quanto em termos de cidades cobertas (411 contra 45 em 2014). Também, o número total de quilômetros de fibra ultrapassou a marca de 70.000.

Conseqüentemente, o **EBIT caiu em 2015 e no 4º trimestre**, devido ao aumento na depreciação e na amortização explicado acima.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2015, o Resultado Financeiro Líquido melhorou em comparação com 2014, devido principalmente a um melhor desempenho das receitas financeiras, com maior retorno dos investimentos, o que mais que compensou o aumento das despesas financeiras. O arrendamento (*leaseback*) após a venda das torres também impactou as despesas financeiras no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2015, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Recorrentes diminuíram quando comparados a 2014, devido principalmente a uma redução na base de cálculo. **A taxa efetiva alcançou 30,3% em 2015, um pequeno aumento comparado a 29,5% em 2014.**

Lucro Líquido

Em 2015, o Lucro Líquido Recorrente caiu 20% comparado a 2014. O Lucro por Ação (LPA) alcançou R\$0,51 em 2015 (contra R\$0,64 em 2014), impulsionado pelo desempenho do EBIT. **Os aumentos no Lucro Líquido Reportado em 2015 e no 4T15** foram impactados de forma relevante pela venda das torres, assim, o LPA (lucro por ação) Reportado alcançou R\$0,86 em 2015, comparado a R\$0,64 em 2014.

7.4. CAPEX

Em 2015, o Capex Recorrente¹ totalizou R\$4.658 milhões, um aumento de 18,6% na comparação com o Capex Recorrente de 2014, seguindo o aumento dos investimentos no nosso Plano Industrial. Foram estes investimentos intensivos, que atingiram quase 27% da receita líquida total, que permitiram que a Companhia melhorasse sua infraestrutura e a qualidade dos serviços prestados. Em 2015, já é possível observar resultados promissores do ciclo de Capex, como por exemplo, o atingimento da liderança em cobertura 4G, o *roll-out* de fibra e o *refarming* de espectro.

Vale destacar que mais de 92% do Capex total foi dedicado à infraestrutura, principalmente relacionada às tecnologias 3G e 4G.

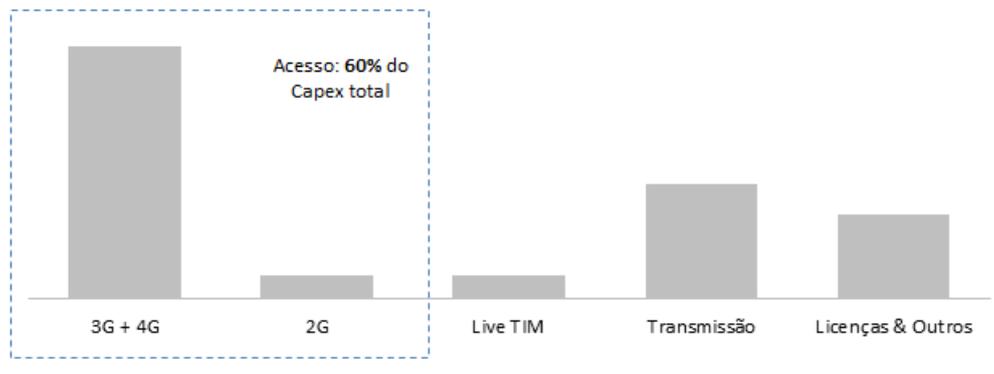
¹ O capex reportado contempla mais 106 milhões de reais referentes à correção monetária da limpeza da frequência de 700 MHz e da dívida oriunda da disputa com a Anatel no leilão de 4G.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

Distribuição do Capex 2015

(R\$Milhões)



Fonte: Companhia

7.5. Dívida, caixa, e fluxo de caixa livre

A Dívida Bruta totalizou R\$8.432 milhões no final de 2015, incluindo o reconhecimento do *leasing* no valor total de R\$1.245 milhões após o arrendamento (*leaseback*) das torres vendidas (3 parcelas), comparável aos R\$6.507 milhões em 2014. Excluindo o efeito da venda das torres, a dívida bruta teria aumentado quase 10%.

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (78% do total) composta principalmente por financiamento do BNDES e do EIB (Banco Europeu de Investimentos), bem como empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais de primeira linha.

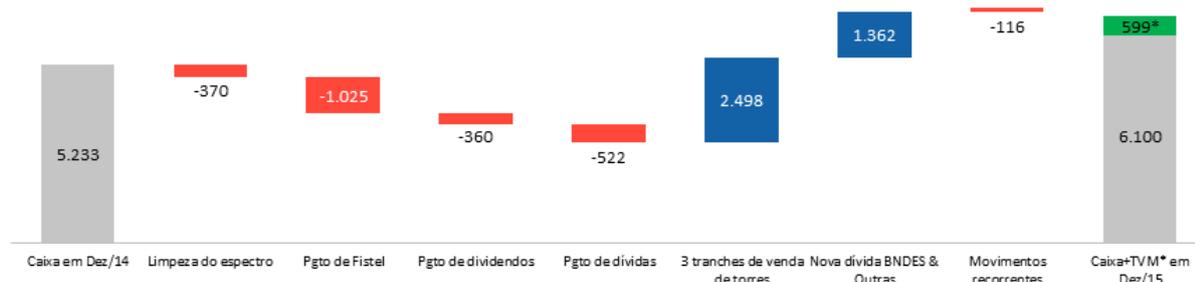
Aproximadamente 35% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), e está 100% protegida por *hedge* em moeda local. Em 2015, o custo médio da dívida foi de 11,73% comparado a 9,70% em 2014. Ainda assim, o aumento no custo da dívida foi mais do que compensado pelo aumento da rentabilidade do caixa.

A posição de caixa totalizou R\$6.700 milhões no final de 2015, um aumento em comparação com R\$5.233 em 2014. O rendimento médio de caixa alcançou 13,50% em 2015, comparado a 10,88% em 2014.

Os recursos da venda de torres elevaram a posição do caixa em R\$2.498 milhões. Este e outros movimentos que afetaram a posição de caixa em 2015 são demonstrados a seguir:

Efeitos na Posição de Caixa

(R\$Milhões)



Fonte: Companhia

*Títulos de Valores Mobiliários

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

A Companhia possui um fundo de investimento em moeda estrangeira de R\$599,4 milhões a fim de acompanhar as variações do dólar norte-americano, formado basicamente por títulos públicos de alta liquidez. O investimento destina-se a reduzir o risco cambial sobre os pagamentos feitos a fornecedores em moeda estrangeira.

A relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 0,3x em 2015 comparado a 0,2x em 2014. Devido aos pagamentos mencionados acima, a dívida líquida aumentou para R\$1.733 milhões ao final de 2015, um aumento na comparação com R\$1.274 milhões em 2014.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Recorrente foi de R\$141 milhões em 2015, (contra -R\$45 milhões em 2014), apesar de ter sido negativamente impactado por um aumento no capex de aproximadamente +R\$730 milhões em relação a 2014. **O quarto trimestre contribuiu para reverter o Fluxo de Caixa Operacional Livre para o terreno positivo, atingindo R\$920 milhões**, contra -R\$320 milhões no 4T14.

O Fluxo de Caixa Líquido Recorrente em 2015 totalizou -R\$1.235 milhões, comparado a -R\$1.695 milhões no mesmo período do ano passado.

7.6. Impactos das Vendas de Torres

No 4T15, a TIM concluiu o terceiro fechamento previsto no contrato de Venda de Torres firmado em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil (ATC), que compreendeu a venda total de 6.481 torres por aproximadamente R\$3 bilhões em dinheiro.

- Primeiro fechamento: Em 29 de abril de 2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$1,9 bilhão.
- Segundo fechamento: Em 30 de setembro de 2015, a TIM transferiu 1.125 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$517 milhões.
- Terceiro fechamento: Em 16 de dezembro de 2015, a TIM transferiu 182 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$84 milhões.

O contrato *master* de leasing define a venda e o arrendamento (*leaseback*) das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com a IAS17, essa operação deve ser contabilizada como (1) venda e (2) arrendamento (*leaseback*) e após as suas exigências, o *leaseback* é registrado como arrendamento financeiro.

A reconciliação dos impactos nas Demonstrações Financeiras e as notas relacionadas para maiores detalhes relativos aos três fechamentos poderão ser encontrados na Nota Explicativa nº 1.b das Demonstrações Financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

8. Responsabilidade Social e Ambiental

Nossas políticas de responsabilidade social e ambiental orientam as ações e iniciativas da empresa e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, um acordo voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Através desse acordo, as empresas em todo o mundo estão empenhadas em garantir o cumprimento dos dez princípios relativos aos direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A Companhia está ciente dos potenciais impactos negativos do seu segmento de negócio, tais como a perda de volume de negócios na troca de celulares e as emissões eletromagnéticas das ERBs (Estações de Base). No entanto, a estratégia da TIM nos últimos anos também tem gerado subprodutos positivos nesse sentido. Além do acordo de compartilhamento de *RAW Sharing* entre TIM e Oi, aprovado pela Anatel em 2013, no final de 2015, TIM, Oi e Vivo fecharam um acordo de compartilhamento de rede para a implementação e prestação de serviços de telefonia e banda larga com uso da tecnologia 4G na frequência de 2,5 GHz, para os anos de 2015, 2016 e 2017. Essas e outras iniciativas em curso tem impacto urbano positivo, pois implica na redução do número de novas estações, minimizando os inconvenientes para a população. Além disso, a modernização da tecnologia e equipamento gera uma otimização da utilização de energia e redução do impacto ambiental dos sistemas de controle de acesso, como resultado da busca por maior eficiência e racionalidade no uso dos recursos.

Biosites são estruturas que permitem uma cobertura específica e aumento da eficiência na utilização de energia e espaço, empregando em sua estrutura de fixação muito menos aço do que a estação base de rádio tradicional. Ao final de 2015, a TIM teve 80 Biosites ativados. Com uma redução significativa no impacto visual, os Biosites ajudam a harmonizar com o ambiente e a infraestrutura urbana. Sua multifuncionalidade contribui além da transmissão de telecomunicações, auxiliando também na iluminação e segurança através de câmeras de vigilância.

Com o objetivo de conhecer e dar transparência às emissões de gases que impactam o meio ambiente, desde 2008 a TIM desenvolve o inventário de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Protocolo GHG. Desde 2011 tem sido verificado por um terceiro independente, acrescentando credibilidade aos nossos resultados finais. Em 2013 a empresa lançou sua Política de Mudanças Climáticas, que estabelece diretrizes de desempenho corporativo quanto a gestão das suas emissões de GEE.

Tais iniciativas, a nosso ver, também fazem parte de uma gestão focada no desenvolvimento sustentável. O reconhecimento por esse trabalho e outras melhorias de governança corporativa foi alcançado com a inclusão pelo oitavo ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), e pelo sexto ano consecutivo na carteira do Índice Eficiente de Carbono (ICO2), ambos da BM&F Bovespa.

TIM busca mais e mais melhorias com relação à gestão ambiental. Em 2012, a empresa ampliou a certificação ambiental ISO 14001 para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, nas atividades de "Gerenciamento e Operações na Rede da TIM CELULAR", considerando a administração, as construções industriais e as estações de rádio-base (ERBs). TIM foi a primeira operadora móvel no Brasil a receber esta certificação².

² Site de pesquisa do INMETRO e site das Operadoras de Telefonia

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

Em 2015 a TIM continuou a estruturar seus aspectos ambientais e de saúde ocupacional e segurança através da expansão do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e da implementação do Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança (de acordo com a OHSAS 18001).

A empresa oferece a seus colaboradores oportunidades educacionais para o desenvolvimento sustentável. Além do curso de Sustentabilidade, cursos sobre ISO 14001 e OHSAS 18001 e o programa anticorrupção também foram oferecidos em 2015. Em 2013 o código de ética e conduta foi revisto e um novo treinamento foi realizado com o objetivo de disseminar o conhecimento para uma atuação responsável, também foi exigido, de cada empregado, a adesão formal ao compromisso de seguir as diretrizes do novo código.

Em 2013, a TIM implementou a Política Anticorrupção em que se aplicam práticas globais antissuborno a todos aqueles que tem relações comerciais com a Companhia, proibindo a oferta, pagamento, solicitação ou aceitação de vantagens de qualquer natureza e também orienta seus destinatários sobre como agir nessas situações. Em 2015, o programa anticorrupção continuou através de uma série de ações, tais como: Análise de processos sensíveis à Política Anti-Corrupção; Identificação de riscos; Ações de melhoria; Atualização e criação de regulamentos; *Workshops*; Relatório de atividades em conformidade com relação ao Programa Anticorrupção para o Comitê de auditoria estatutário, Conselho de Controle e Risco, Presidente e Presidente do Conselho.

TIM reconhece que as empresas tem um papel importante a desempenhar quando se trata de educação pública e bem-estar coletivo no Brasil. Portanto, em 2013, o Instituto TIM (TIM Institute) foi fundado com a missão de prover recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação que promova o desenvolvimento humano (<http://en.institutotim.org.br/>).

Em junho de 2015, a Política de Investimento Social Privado foi publicada. Tem por objetivo definir as diretrizes estratégicas para o Investimento Social Privado no Grupo TIM, através do Instituto TIM, garantindo que haja planejamento, solidez e transparência nas transferências de recursos para projetos sociais do Grupo. Também para estabelecer critérios para Investimento Social Privado (ISP), por meio de princípios estratégicos do Instituto TIM, bem como os papéis e responsabilidades das funções envolvidas em processos ligados ao ISP.

Entre os principais projetos do Instituto TIM está o "Círculo da Matemática do Brasil", que tem como objetivo desenvolver as habilidades matemáticas de crianças que estudam em escolas públicas localizadas em áreas pobres. Em 2015, mais de 124.000 aulas do projeto foram realizadas em escolas públicas de todo o país. O projeto envolveu 5.500 alunos e promoveu a formação de 2.140 professores em 19 municípios de todo o país.

Outro projeto importante é o "TIM Faz Ciência", que oferece materiais educativos para professores de escolas públicas, a fim de ajudar os alunos a compreender e utilizar as operações mentais para produzir conhecimento científico (definir, classificar, perguntar, generalizar, aplicar, verificar e observar). Em 2015, mais de 4.000 professores foram capazes de utilizar a abordagem do projeto e 125.000 alunos estavam envolvidos.

Além disso, o Instituto TIM criou uma iniciativa tecnológica denominada "TIM Tec" - uma plataforma *MOOC* que oferece cursos online de graça, alinhados com o currículo dos Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (PRONATEC). Até dezembro de 2015, 17 cursos foram publicados na plataforma (<http://timtec.com.br>).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

O compromisso do Instituto TIM para promover o desenvolvimento humano no Brasil através da democratização da ciência, tecnologia e inovação é bem expressa pelo desenvolvimento de software de soluções grátis, como o ZUP (Zeladoria Urbana Participativa) - um sistema que incentiva os cidadãos a colaborarem com a governança da cidade – e o "Mapas Culturais" - uma ferramenta de mapeamento de iniciativas culturais que contribui para melhorar a gestão cultural dos territórios urbanos. São Paulo foi a primeira cidade a adotar o "Mapas Culturais" , onde a plataforma é chamada de "SP Cultura".

O "Mapas Culturais" também foi implementado em cinco outros municípios e estados. Em 2015 o Instituto TIM iniciou uma parceria com o Ministério da Cultura e o "Mapas Culturais" começou a ser usado como a solução tecnológica livre por trás do novo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Desde 2013, as iniciativas do Instituto TIM atingiram 300.000 pessoas em mais de 300 municípios no Brasil.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

9. Governança Corporativa

9.1. Única Empresa de Telecom no Novo Mercado

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, aumentaram o potencial de atração de novos investidores e de liquidez das ações da TIM Participações. Além disso, todas as ações de emissão da Companhia passaram a fazer parte do programa da Companhia de *American Depositary Receipts*.

A adesão ao Novo Mercado potencializa uma maior liquidez e valorização das ações da Companhia, permite um acesso mais amplo aos mercados internacionais, promove o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM Participações pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da BM&FBOVESPA e também do Índice Carbono Eficiente (ICO2), composto por empresas que se comprometeram a adotar práticas transparentes com relação às suas emissões de gases efeito estufa.

9.2 Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade por ações, de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria e, ainda, supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura de termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

Em 2014 a Companhia atualizou sua Política de Divulgação para incluir a opção estabelecida pela Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

O programa selecionado foi o Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: <http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/>

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação que exerce a administração superior da Companhia, sendo composto por no mínimo cinco e no máximo dezenove membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é formado por dez membros, sendo três independentes.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, que são publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração tem ainda dois comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, com função de oferecer recomendações e compostos apenas por membros do Conselho.

O Conselho de Administração tem ainda como órgão vinculado o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo dois e no máximo nove diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo Conselho a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por oito diretorias.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantêm qualquer outro vínculo com a Companhia.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O CAE tem o objetivo de supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission – SEC*. Em 2015 o CAE se reuniu 19 vezes ao longo do ano no exercício de suas funções.

Com base nas informações colhidas, o CAE julgou que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2015”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela auditoria externa, Baker Tilly, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2015, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos (“CCR”)

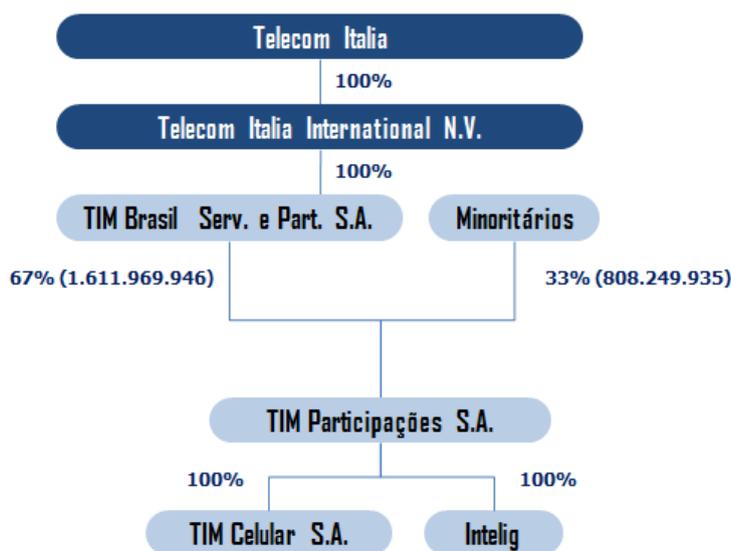
O CCR da Companhia é órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração (“CDA”), devendo ser composto por até 05 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que 02 (dois) membros deverão ser obrigatoriamente conselheiros independentes. Ao longo de 2015 este comitê se reuniu 13 vezes com o seguinte objetivo:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

a) Recomendar a adoção pelo Conselho de Administração de medidas de controle interno das atividades desempenhadas pela Diretoria, fixando-lhes as atribuições e os limites de autoridade específicos, bem como opinar sobre a atribuição de novas funções aos Diretores; b) Monitorar o cumprimento e a atualização periódica das regras de Governança Corporativa; c) Recomendar procedimentos para melhor fiscalizar a gestão dos Diretores; d) Tomar conhecimento do plano de trabalho da Auditoria Interna; e) Aprovar e monitorar o plano de trabalho da Área de Compliance; f) Rever e avaliar os relatórios periódicos, destinados à avaliação do sistema de controle interno e gestão de riscos, bem como os relatórios periódicos das funções de Auditoria Interna (*Internal Audit*) e da Área de Compliance. Para este fim, o Comitê tem a faculdade de solicitar à Auditoria Interna (*Internal Audit*) a revisão de áreas operacionais específicas; g) Solicitar informações à Diretoria sobre processos ou questões específicas da Companhia e/ ou de suas sociedades controladas, sempre que julgar apropriado; h) Supervisionar e acompanhar as questões de responsabilidade social da Companhia e/ou de suas sociedades controladas, monitorando a consistência das ações tomadas, em relação aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética e de Conduta da Sociedade; e i) Analisar outras matérias ligadas ao controle interno da Companhia, conforme delegadas pelo Conselho de Administração.

9.9. Estrutura Acionária



O capital social encerrou 2015 com montante total de R\$ 9.913.414.421,74, representado por 2.421.032.479 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações com 67% das ações.

9.10. Política de Dividendos

Conforme o Estatuto Social da TIM Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****Relatório da Administração**

A distribuição de dividendos anual é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

9.11. Lei Sarbanes-Oxley

A Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) prevê a verificação pela Companhia da eficácia do sistema de controles internos que suporta as Demonstrações Financeiras, com o objetivo de oferecer maior confiabilidade e transparência a essas informações.

Em 2015, a TIM recebeu a certificação por conformidade com as disposições estabelecidas na Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley referente ao ano de 2014, certificação recebida pela TIM desde 2006, quando foi criada esta obrigatoriedade para empresas listadas em American Depositary Receipts (ADRs) na Bolsa de Nova York, uma demonstração do compromisso da Companhia com os mais elevados níveis de governança corporativa.

9.12. Eventos Corportativos

A Administração proporá ao Conselho de Administração a distribuição de R\$ 468,6 milhões de dividendos, + 27,6% versus os R\$ 367,3 milhões em 2014. O valor a ser distribuído é equivalente a R\$ 0,1936 por ação ordinária e R\$ 0,9681 por ADR (1 ON = 5 ADR). A proposta será apresentada ao Conselho de Administração e ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em abril de 2016.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Relatório da Administração

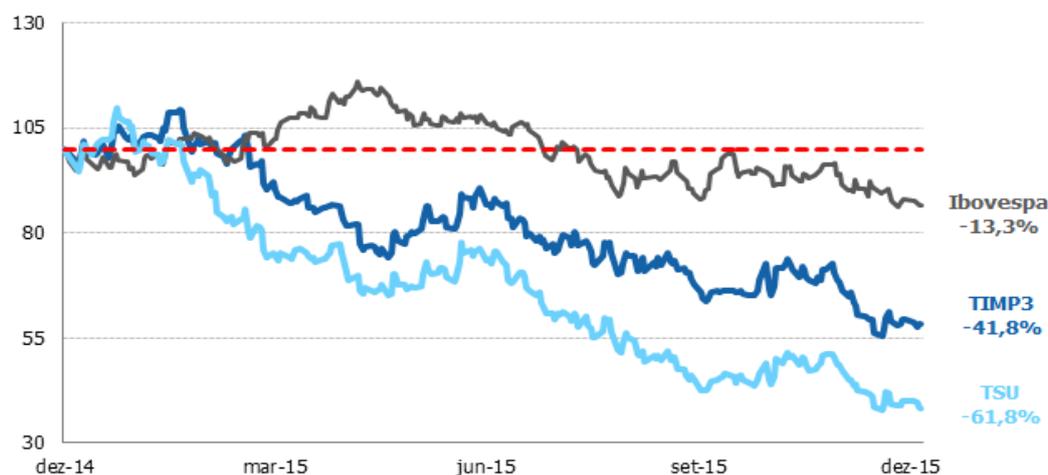
10. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM Participações SA são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sob o código TIMP3. A Companhia também tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) no mercado dos EUA, onde são negociadas sob o código TSU na *New York Stock Exchange* (NYSE).

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) fechou 2015 a 43.349,96 pontos, acumulando uma desvalorização de 13,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Ao longo do ano, a Bovespa apresentou um volume médio diário negociado de R\$ 6,8 bilhões de reais, aproximadamente 7% menor que em 2014.

Performance das Ações da TIM

(Base 100 em 31 de Dezembro de 2014; $\Delta\%$ Dez-15 x Dez-14)



Fonte: Bloomberg

A Companhia encerrou o ano com suas ações ordinárias cotadas a R\$6,86 na Bovespa, acumulando queda de 41,8%, enquanto as ADRs na NYSE atingiram o preço de US\$8,48, queda de 61,8% no ano. Em 2015, as ações negociadas da TIM, TIMP3, totalizaram um volume financeiro de R\$8.311 milhões, representando uma média diária de R\$33,78 milhões. Na NYSE, os ADRs da TIM atingiram o volume total de US\$ 5.839 milhões no ano, média diária de US\$ 23,17 milhões.

Considerações finais

A TIM Participações S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado ao cliente. Nossos agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teríamos atingido nossos objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na administração.

A Administração

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

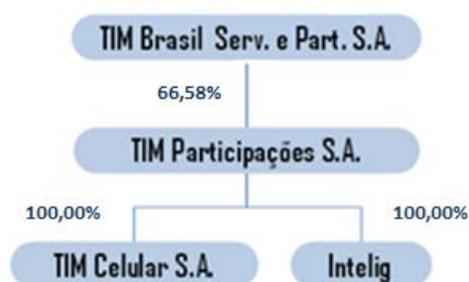
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 31 de dezembro de 2015, 66,58% (66,58% em 2014) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).



As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts – ADRs*), nível II, negociados na Bolsa de valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. (“TIM Celular”)

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”)

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC, apenas na modalidade local, e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.b Transações Relevantes - Venda de Torres

A TIM Celular celebrou em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*", e preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches ao comprador final, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

Esta operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia em prol dos seus investimentos em expansão e qualidade.

No total foram realizados até 31 de dezembro de 2015 três transferências nas datas de 29 de abril, 30 de setembro e 16 de dezembro de 2015. Foram transferidas 5.483 torres (84,6% do total), por um valor de caixa recebido de R\$2.498.421.

O ganho correspondente a parte dos ativos efetivamente vendidos de R\$1.210.980 foi reconhecido no resultado do exercício, líquido dos custos de transação, enquanto que o ganho correspondente a parte das torres sujeitas a "*sale and leaseback*" no valor de R\$1.002.393 (líquido dos custos da transação) foi diferido pela duração dos respectivos contratos de arrendamento mercantil financeiro.

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que o arrendatário teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo. Os valores da taxa de desconto aplicados em cada tranche estão descritos na nota 16.

Os impactos contábeis estão demonstrados a seguir:

	2015
Quantidade de torres vendidas	5.483
Valor da venda	2.498.421
Custo do ativo e custo da transação	(487.795)
Ganho na transação	2.010.626
Efeitos no resultado da venda:	
Receita na venda de ativos alienados	1.253.618
Custo dos ativos baixados e custo da transação	(247.572)
Baixa da provisão de desmobilização de ativos	204.934
Efeito no resultado antes do impostos (rubrica "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas)	1.210.980
IR e CS	(372.140)
Efeito líquido no resultado do exercício	838.840
Receita diferida	1.002.393
Ativo imobilizado arrendado "leaseback"	1.244.803
Arrendamento mercantil financeiro "leaseback"	1.244.803
Efeito na dívida líquida (*)	1.253.618

(*) Representa o valor total da venda subtraído da dívida do arrendamento mercantil financeiro.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Reclassificação

Em 2015 a Companhia passou a apresentar os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos por entidade contribuinte. Para manter a consistência na comparabilidade das informações financeiras, os saldos comparativos consolidados de 31 de dezembro de 2014, estão também apresentados pelo líquido, o que representa uma redução de R\$351.967 nas cifras

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

comparativas de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no ativo não circulante e no passivo não circulante." Ainda que o ajuste possa ser considerado uma correção de um procedimento, a Administração acredita que o mesmo é imaterial para fins de anos anteriores.

f. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de fevereiro de 2016.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela foi inicialmente emitida para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituir a IAS 11 - "Contratos de Construção", a IAS 18 - "Receitas" e as correspondentes interpretações. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 15.

IFRS 16 Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção e ainda não definiu o método de transição que será utilizado.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios registrados na Companhia (nota 15).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 40).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	555	(164)	113.244	134.719
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	24.208	43.619	5.987.159	5.098.273
	<u>24.763</u>	<u>43.455</u>	<u>6.100.403</u>	<u>5.232.992</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB´s e Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 101,30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
CDB/Compromissadas/Fundo DI	-	98	-	41.149
Fundo cambial	-	-	599.414	-
	-	98	599.414	41.149
Parcela circulante	-	-	599.414	-
Parcela não circulante	-	98	-	41.149

Em 31 de dezembro de 2014 a totalidade das aplicações classificadas como não circulante estavam restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

Durante o ano de 2015 foram adquiridas quotas de fundo cambial não exclusivo. Este fundo cambial tem liquidez diária e o objetivo é de acompanhar o comportamento do dólar dos Estados Unidos da América, além de ser composto basicamente por títulos públicos de altíssima liquidez. A aplicação tem como objetivo reduzir o risco cambial sobre o pagamento de fornecedores em moeda estrangeira.

Durante o exercício de 2015 parte das cotas de fundo cambial foram designadas como "*cash-flow hedge*". O impacto desta operação resultou na redução do custo operacional em R\$11.523. Em 31 de dezembro de 2015 não havia cotas do fundo cambial designadas em transação de *Hedge Accounting*.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("*PCLD*" ou "*impairment*").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Parte do contas a receber referente ao segmento pós pago garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 19).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2015	2014
Serviços faturados	995.879	1.021.573
Serviços a faturar	667.886	642.950
Uso de rede	448.064	492.748
Venda de mercadorias	1.120.449	1.780.685
Outras contas a receber	2.053	2.924
	<u>3.234.331</u>	<u>3.940.880</u>
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(351.381)	(373.577)
	<u>2.882.950</u>	<u>3.567.303</u>
Parcela circulante	(2.858.089)	(3.537.417)
Parcela não circulante	<u>24.861</u>	<u>29.886</u>

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, controladas como conta regularizadora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	373.577	353.925
Constituição	230.357	248.576
Baixas	(252.553)	(228.924)
Saldo final	<u>351.381</u>	<u>373.577</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
A vencer	2.153.088	2.887.221
Vencidos até 30 dias	189.186	161.726
Vencidos até 60 dias	57.822	59.178
Vencidos até 90 dias	406.850	385.012
Vencidos a mais de 90 dias	427.385	447.743
	<u>3.234.331</u>	<u>3.940.880</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	2015	2014
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	123.664	237.164
Acessórios e cartões pré-pagos	19.762	22.868
TIM chips	12.170	20.943
	<u>155.596</u>	<u>280.975</u>
Perdas para ajuste ao valor de realização	(13.876)	(16.942)
	<u>141.720</u>	<u>264.033</u>

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	2015	2014
ICMS	1.708.059	1.850.569
Outros	32.210	9.064
	<u>1.740.269</u>	<u>1.859.633</u>
Parcela circulante	(922.593)	(1.285.143)
Parcela não circulante	<u>817.676</u>	<u>574.490</u>

Os valores de ICMS a recuperar basicamente são compostos pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses), e pelos valores de ICMS substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM Celular.

9 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social	387	-	40.042	28.385
PIS / COFINS	20.185	20.185	228.383	309.186
Outros	1.339	463	81.113	43.257
	<u>21.911</u>	<u>20.648</u>	<u>349.538</u>	<u>380.828</u>
Parcela circulante	(21.911)	(20.648)	(324.780)	(357.482)
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.758</u>	<u>23.346</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se (i) à créditos relacionados à compra de estoques de mercadorias para revenda, basicamente aparelhos celulares, *tablets e modems*; (ii) aos créditos oriundos de processo judicial transitado em julgado e que versava sobre a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo destas contribuições através da Lei 9.718/98, bem como (iii) à créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica e aluguéis.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Conforme mencionado na nota 2 (e), os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na Nota 35.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
	Ativo (passivo)			
Impostos diferidos passivos				
Custo atribuído – Intelig	-	-	(120.730)	(129.206)
	-	-	(120.730)	(129.206)
Impostos diferidos ativos				
Prejuízo fiscal	27.756	21.738	1.034.243	1.184.366
Base negativa de contribuição social	10.057	7.890	385.946	440.095
Diferenças temporárias				
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	122.299	130.288
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.497	1.225	141.246	138.151
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	14.950	16.892
<i>Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's:</i>				
Depreciação obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	6.482	25.280
Atualização monetária s/ obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	4.363	14.107
Encargos financeiros capitalizados	-	-	499	1.020
Encargos s/ autorizações	-	-	387	1.934
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	11.022	8.381
Efeito de incorporação - TIM Fibers	-	-	770	940
Provisão para participação dos empregados	336	495	16.594	26.047
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Fistel - Recuperação TFI	-	-	50.721	-
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(264.639)	(201.125)
Operações com derivativos	-	-	(336.621)	(150.842)
Juros capitalizados 4G	-	-	(84.751)	(4.310)
Outros	-	-	5.484	(3.764)
	93.215	84.917	1.246.841	1.765.306
Provisão para realização de créditos fiscais (Intelig e TIM Participações)	(93.215)	(84.917)	(1.232.315)	(1.228.209)
	-	-	14.526	537.097

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2016	120.692
2017	91.305
2018	105.951
2019 em diante	57.679
Prejuízos fiscais e base negativa	375.627
Diferenças temporárias	(361.101)
Total créditos a recuperar	14.526

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2015.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$206.083 durante o exercício de 2015 (R\$203.688 em 31 de dezembro de 2014).

Perda na realização de créditos fiscais

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, foi reconhecida perda integral sobre os créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que totalizam R\$93.215 em 31 de dezembro de 2015 (R\$84.917 em 31 de dezembro de 2014).

No caso da controlada Intelig, considerando que a mesma não apresentou histórico de lucro tributável, tampouco possui expectativa de lucro tributável futuro, provisão integral para realização dos referidos créditos tributários foi constituída, no montante de R\$1.139.100 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.143.292 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$1.006.749 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$132.351 referem-se a diferenças temporárias.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2015	2014
Propagandas não veiculadas (*)	162.145	225.423
Aluguéis e seguros	46.936	46.434
Swap de rede (**)	37.674	46.417
Outros	18.535	18.577
	<u>265.290</u>	<u>336.851</u>
Parcela circulante	(210.056)	(266.264)
Parcela não circulante	<u>55.234</u>	<u>70.587</u>

(*) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação.

(**) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) em contrapartida à rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cível	9.218	11.209	361.689	392.270
Trabalhista	63.043	53.127	420.112	347.673
Tributário	1.437	1.295	268.825	245.966
Regulatório	-	-	109	108
Outros (*)	127	-	55.306	-
Parcela não circulante	<u>73.825</u>	<u>65.631</u>	<u>1.106.041</u>	<u>986.017</u>

(*) Referem-se às aplicações financeiras vinculadas a processos judiciais.

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação das subfaixas V1, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado em juízo para discussão é de R\$53.559 (R\$47.870 em 31 de dezembro de 2014).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$80.205 (R\$ 73.654 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$64.968 (R\$ 60.098 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da sociedade; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 31.450 (R\$ 29.513 em 31 de dezembro de 2014).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.450 (R\$ 10.044 em 31 de dezembro de 2014).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.340 (R\$ 8.678 em 31 de dezembro de 2014).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB, ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.524 (R\$ 4.883 em 31 de dezembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.479 (R\$ 5.226 em 31 de dezembro de 2014).
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.001 (R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2014).
- (ix) Depósito realizado pela Intelig – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD, bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 43.323 (R\$ 38.064 em 31 de dezembro de 2014).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

	2015		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.708.741	1.023.959	
Resultados não realizados	-	(1.157)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.708.741</u>	<u>1.022.802</u>	
Lucro líquido do exercício	2.072.816	22.266	
Resultados não realizados	-	808	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>2.072.816</u>	<u>23.074</u>	<u>2.095.890</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>2.072.816</u>	<u>23.074</u>	<u>2.095.890</u>
Valor do investimento	<u>15.708.741</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.731.543</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2014		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	14.101.630	1.001.566	
Resultados não realizados	-	(1.965)	
Patrimônio líquido ajustado	14.101.630	999.601	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.624.569	(46.188)	
Resultados não realizados	-	807	
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	1.624.569	(45.381)	1.579.188
Resultado de equivalência patrimonial	1.624.569	(45.381)	1.579.188
Valor do investimento	14.101.630	999.601	15.101.231

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2013	13.340.411	1.044.847
Resultado de equivalência patrimonial	1.624.569	(45.381)	1.579.188
Opções de compra de ações	4.681	135	4.816
Dividendos complementares	(482.486)	-	(482.486)
Dividendos propostos	(385.835)	-	(385.835)
Reflexo do valor de complemento de benefício pós-emprego	290	-	290
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2014	14.101.630	999.601	15.101.231
Resultado de equivalência patrimonial	2.072.816	23.074	2.095.890
Opções de compra de ações	3.724	127	3.851
Dividendos propostos	(469.013)	-	(469.013)
Reflexo do valor de complemento de benefício pós-emprego	(416)	-	(416)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015	15.708.741	1.022.802	16.731.543

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2015
<u>Custo do Imobilizado Bruto</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	15.352.349	12.230	(730.640)	1.931.980	16.565.919
Cabos de fibra ótica	517.647	-	(720)	66.520	583.447
Aparelhos em comodato	1.800.938	-	(20.853)	171.994	1.952.079
Infraestrutura	4.391.570	1.244.803	(1.187.529)	575.339	5.024.183
Bens de informática	1.468.792	2	(21.194)	53.907	1.501.507
Bens de uso geral	613.588	-	(7.204)	50.702	657.086
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	671.845	2.804.968	(24.394)	(2.850.785)	601.634
<u>Total Imobilizado Bruto</u>	24.857.180	4.062.003	(1.992.534)	-	26.926.649
<u>Depreciação acumulada</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.140.317)	(1.196.356)	683.561	(6)	(10.653.118)
Cabos de fibra ótica	(161.975)	(38.218)	70	-	(200.123)
Aparelhos em comodato	(1.673.641)	(118.291)	7.992	-	(1.783.940)
Infraestrutura	(2.327.097)	(367.840)	810.248	(3)	(1.884.692)
Bens de informática	(1.234.678)	(83.354)	21.188	7	(1.296.837)
Bens de uso geral	(404.543)	(43.044)	6.994	2	(440.591)
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(15.942.251)	(1.847.103)	1.530.053	-	(16.259.301)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado					
	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2015
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.212.032	(1.184.126)	(47.079)	1.931.974	5.912.801
Cabos de fibra ótica	355.672	(38.218)	(650)	66.520	383.324
Aparelhos em comodato	127.297	(118.291)	(12.861)	171.994	168.139
Infraestrutura	2.064.473	876.963	(377.281)	575.336	3.139.491
Bens de informática	234.114	(83.352)	(6)	53.914	204.670
Bens de uso geral	209.045	(43.044)	(210)	50.704	216.495
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	671.845	2.804.968	(24.394)	(2.850.785)	601.634
Total Imobilizado líquido	8.914.929	2.214.900	(462.481)	-	10.667.348

Os valores consolidados no período incluem o efeito total de R\$451.084, decorrente do valor líquido da baixa relativa à venda das torres e a adição no montante de R\$1.244.803 referente ao valor dos ativos retroarrendados (*Sale and Leaseback*).

Consolidado					
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2014
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	13.664.289	9.285	(858)	1.679.633	15.352.349
Cabos de fibra ótica	498.325	-	-	19.322	517.647
Aparelhos em comodato	1.700.582	-	(11.207)	111.563	1.800.938
Infraestrutura	3.915.669	-	(338)	476.239	4.391.570
Bens de informática	1.413.894	-	(41.795)	96.693	1.468.792
Bens de uso geral	577.702	-	(3.748)	39.634	613.588
Terrenos	40.505	-	(54)	-	40.451
Obras em andamento	716.151	2.386.909	(8.131)	(2.423.084)	671.845
Total Imobilizado Bruto	22.527.117	2.396.194	(66.131)	-	24.857.180
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(9.067.571)	(1.073.558)	920	(108)	(10.140.317)
Cabos de fibra ótica	(127.033)	(34.942)	-	-	(161.975)
Aparelhos em comodato	(1.559.511)	(118.067)	3.831	106	(1.673.641)
Infraestrutura	(2.004.384)	(322.903)	192	(2)	(2.327.097)
Bens de informática	(1.199.207)	(77.265)	41.792	2	(1.234.678)
Bens de uso geral	(362.169)	(46.113)	3.737	2	(404.543)
Total Depreciação Acumulada	(14.319.875)	(1.672.848)	50.472	-	(15.942.251)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Saldo em 2014
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Imobilizado líquido</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	4.596.718	(1.064.273)	62	1.679.525	5.212.032
Cabos de fibra ótica	371.292	(34.942)	-	19.322	355.672
Aparelhos em comodato	141.071	(118.067)	(7.376)	111.669	127.297
Infraestrutura	1.911.285	(322.903)	(146)	476.237	2.064.473
Bens de informática	214.687	(77.265)	(3)	96.695	234.114
Bens de uso geral	215.533	(46.113)	(11)	39.636	209.045
Terrenos	40.505	-	(54)	-	40.451
Obras em andamento	716.151	2.386.909	(8.131)	(2.423.084)	671.845
Total Imobilizado Líquido	8.207.242	723.346	(15.659)	-	8.914.929

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 a 10
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 a 10

Em 2015, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes e (iii) ágio na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

	Consolidado					
	Saldo em 2014	Adições	Transferência	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2015
Custo do Intangível Bruto						
Direito de uso de <i>softwares</i>	11.502.962	-	1.601.622	(16.048)	-	13.088.536
Autorizações	5.078.310	81.914	28.798	-	-	5.189.022
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT						
Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	164.182	28.991	2.943	-	-	196.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.954.175	1.770.712	(1.633.363)	-	270.117	3.361.641
Total Intangível Bruto	21.520.250	1.881.617	-	(16.048)	270.117	23.655.936
Amortização acumulada						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(8.477.702)	(1.132.698)	2.877	15.741	-	(9.591.782)
Autorizações	(3.614.957)	(344.915)	(2.877)	-	-	(3.962.749)
Lista de clientes	(53.200)	(16.800)	-	-	-	(70.000)
Direito de uso de infraestrutura - LT						
Amazonas	(12.802)	(9.909)	-	-	-	(22.711)
Outros ativos	(38.955)	(10.546)	-	-	-	(49.501)
Total Amortização Acumulada	(12.197.616)	(1.514.868)	-	15.741	-	(13.696.743)
Intangível Líquido						
Direito de uso de <i>softwares</i> (b)	3.025.260	(1.132.698)	1.604.499	(307)	-	3.496.754
Autorizações	1.463.353	(263.001)	25.921	-	-	1.226.273
Ágio (c)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes (d)	42.000	(16.800)	-	-	-	25.200
Direito de uso de infraestrutura - LT						
Amazonas (e)	185.400	(9.909)	-	-	-	175.491
Outros ativos	125.227	18.445	2.943	-	-	146.615
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	2.954.175	1.770.712	(1.633.363)	-	270.117	3.361.641
Total Intangível Líquido	9.322.634	366.749	-	(307)	270.117	9.959.193

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Saldo em 2014
	Saldo em 2013	Adições	Transferência	Juros capitalizados	
<u>Custo do Intangível Bruto</u>					
Direito de uso de <i>softwares</i>	10.172.666	-	1.330.296	-	11.502.962
Autorizações	4.968.081	93.180	17.049	-	5.078.310
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes	95.200	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	380.473	3.287	(185.558)	-	198.202
Outros ativos	79.464	-	84.718	-	164.182
Ativos intangíveis em desenvolvimento	30.963	4.340.062	(1.432.063)	15.213	2.954.175
Total Intangível Bruto	17.254.066	4.436.529	(185.558)	15.213	21.520.250
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de uso de <i>softwares</i>	(7.478.596)	(999.106)	-	-	(8.477.702)
Autorizações	(3.269.536)	(345.421)	-	-	(3.614.957)
Lista de clientes	(36.400)	(16.800)	-	-	(53.200)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(6.053)	(6.749)	-	-	(12.802)
Outros ativos	(27.300)	(11.655)	-	-	(38.955)
Total Amortização Acumulada	(10.817.885)	(1.379.731)	-	-	(12.197.616)
<u>Intangível Líquido</u>					
Direito de uso de <i>softwares</i> (b)	2.694.070	(999.106)	1.330.296	-	3.025.260
Autorizações	1.698.545	(252.241)	17.049	-	1.463.353
Ágio (c)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes (d)	58.800	(16.800)	-	-	42.000
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	374.420	(3.462)	(185.558)	-	185.400
Outros ativos	52.164	(11.655)	84.718	-	125.227
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	30.963	4.340.062	(1.432.063)	15.213	2.954.175
Total Intangível Líquido	6.436.181	3.056.798	(185.558)	15.213	9.322.634

(a) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	20

(b) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(c) Ágios registrados em anos anteriores

(c.1) Aquisição da Intelig

O ágio decorrente da aquisição da Intelig em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Para fins da realização deste teste, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia utilizou o método do valor em uso, com as seguintes premissas:

- A rede de transporte da Intelig é fundamental para o desenvolvimento dos negócios no Grupo, permitindo e sustentando o desenvolvimento das atuais e novas ofertas de serviços e também gerando significativa redução nos custos de linhas alugadas (*leased lines*). Para fins de determinação do valor da economia de custos de linhas alugadas, foram utilizados os preços de aluguel de meios normalmente praticados no mercado, levando-se em consideração o local onde os meios estão instalados. O valor presente destes potenciais aluguéis são subtraídos do valor líquido do ativo tangível e intangível da Intelig registrado em 31 de dezembro de 2015;
- A projeção dos custos da Intelig foi baseada numa projeção esperada pela Companhia (4,12% a.a.) e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por se tratar de um *business* contínuo a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 3,00% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,40% a.a (12,32% a.a em 31 de dezembro de 2014);
- No período de 2016 a 2020 o crescimento projetado foi de 6,48%.
- A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 4,83% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2015 não indicaram nenhuma necessidade de reconhecimento de perdas.

(c.2) Ágio decorrente das aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ

A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2015 a Companhia identificou a necessidade de mudança de unidade geradora de caixa ("UGC") anteriormente identificada como TIM Fiber. A TIM Celular passa a ser a nova UGC a partir de 2015, esta alteração é fundamentada em uma mudança no perfil de consumo nos mercados de telefonia móvel, levando a uma redução do uso de voz e um crescimento do uso de dados, o que precisou de uma reestruturação da infraestrutura de rede.

Neste novo cenário foi se consolidando uma convergência entre as redes de dados e voz e a decisão sobre investimentos em infraestrutura passa a ser analisada de forma integrada.

Neste contexto a Companhia adotou uma nova estratégia de utilizar a rede de transporte e os links de fibra ótica de maneira integrada pelo serviço fixo e móvel aproveitando as instalações de *small cells* no Rio de Janeiro e São Paulo para melhorar o tráfego de dados. Esta integração dificulta a identificação dos fluxos relacionados a operação da Fiber separadamente e neste sentido a Administração entendeu que o ágio deveria ser também alocado a geração de benefícios oriundos do serviço móvel.

A alteração da UGC decorrente da mudança estratégica foi consolidada em 2015, portanto neste exercício a unidade geradora de caixa identificada para teste de impairment do ágio no montante de R\$1.159.648 é a TIM Celular. O teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso e considerou também a metodologia de anos anteriores de acordo com a norma vigente. As principais premissas usadas nesta metodologia estão listadas abaixo:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para cinco anos;
- Incremento das receitas de serviços prestados devido a: mix de velocidade garantida, opção de voz sobre IP sobre a componente fixa e aumento da demanda de dados, aumento do "footprint" tecnológico, de espectro e de rede e expansão do 4G sobre a componente móvel;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando o crescimento do número de clientes atendidos, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais da Fiber + negócio móvel (4,83% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 3% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 12,00% a.a.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2015 considerando o modelo de anos anteriores e também o novo modelo não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(c.3) Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste

A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

As projeções combinadas do Grupo (que abrangem o negócio de telefonia móvel, banda larga residencial, telefonia fixa, aluguel de meios, etc), trazidas a valor presente, indicam que não há necessidade de reconhecimento de perdas deste valor. As premissas utilizadas nestas projeções foram detalhadas anteriormente.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e vêm sendo amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A, também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros (1% a.m.) indexados ao IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício de 2015 foi de R\$7.731 (R\$468 em dezembro de 2014) de juros e R\$7.859 (R\$719 em dezembro de 2014) de correção monetária sobre o saldo.

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Anualmente, entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para arcar, por meio da EAD, com os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No exercício de 2015, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$25.793 (R\$2.068 em dezembro de 2014) e a indexação, de R\$98.307 (R\$10.466 em dezembro de 2014).

Em 9 de abril de 2015, foi efetuado o primeiro pagamento junto a EAD no montante de R\$370.379.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 13,25% a.a dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no exercício de 2015 foi de R\$236.592 (R\$12.677 em dezembro de 2014).

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Ativo

	Consolidado	
	2015	2014
LT Amazonas	199.935	195.036
	<u>199.935</u>	<u>195.036</u>
Parcela circulante	(1.969)	(1.525)
Parcela não circulante	<u>197.966</u>	<u>193.511</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$370.938.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até dezembro de 2016	22.177
Janeiro de 2017 a dezembro de 2020	80.832
Janeiro de 2021 em diante	267.929
	370.938

O valor presente das parcelas a receber é de R\$199.935 (R\$195.036 em 2014) composto por R\$185.558 de principal e R\$14.377 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2015 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56%.

Passivo

	Consolidado	
	2015	2014
LT Amazonas	340.582	329.669
Venda de Torres (<i>leaseback</i>)	1.277.924	-
	1.618.506	329.669
Parcela circulante	(38.592)	(3.642)
Parcela não circulante	1.579.914	326.027

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até dezembro de 2016	42.524
Janeiro de 2017 a dezembro de 2020	148.211
Janeiro de 2021 em diante	490.725
	681.460

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$681.460. Seu valor presente é de R\$340.582 (R\$329.669 em 2014), sendo R\$313.001 de principal e R\$27.581 de juros em 31 de dezembro de 2015 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44%. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

Em decorrência dos contratos de aluguel das torres (MLA) a TIM Celular acordou em alugar parte do espaço da infraestrutura existente nas torres por um período de 20 anos, a contar da data de transferência de cada torre. Os contratos preveem aluguéis mensais por tipo de torres (*greenfield e rooftop*), reajustados anualmente pelo IGP-M.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até dezembro de 2016	170.859
Janeiro de 2017 a dezembro de 2020	550.951
Janeiro de 2021 em diante	1.989.194
	<u>2.711.004</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$2.711.004. Seu valor presente é de R\$1.277.924 sendo R\$1.244.803 de principal e R\$33.121 de juros em 31 de dezembro de 2015. Os montantes acima foram calculados e estimados, na data de assinatura do contrato, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os por 14,39%, 17,08% e 17,00% para o montantes desembolsados em abril, setembro e dezembro de 2015, respectivamente.

17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	3.549	1.218	3.524.741	5.083.718
Interconexão (b)	-	-	76.670	154.641
<i>Roaming</i> (c)	-	-	1.206	635
<i>Co-billing</i> (d)	-	-	71.547	56.388
	<u>3.549</u>	<u>1.218</u>	<u>3.674.164</u>	<u>5.295.382</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	522	-	87.528	82.780
Interconexão (b)	-	-	-	323
<i>Roaming</i> (c)	-	-	23.253	23.719
	<u>522</u>	<u>-</u>	<u>110.781</u>	<u>106.822</u>
Parcela circulante	<u>4.071</u>	<u>1.218</u>	<u>3.784.945</u>	<u>5.402.204</u>

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

18. Autorizações de radiofrequências

Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2015, a TIM Celular possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$146.149 (R\$124.394 em 31 de dezembro de 2014).

Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A controlada pagou o equivalente a R\$ 1.678 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, deve arcar proporcionalmente com os custos referentes a esses lotes, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago. Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando judicialmente a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$77 milhões em 31 de dezembro de 2015), o qual ainda está aguardando julgamento (nota 15).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da EAD, onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$ 1.199 milhões, reajustados pelo IGP-DI e pagos em quatro parcelas, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.f).

Em 4 de março de 2015, a ANATEL: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (AR 92); (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (AR 31); e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

Em 17 de dezembro de 2015 a TIM foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo B (E-30 – AR41, Curitiba e Região Metropolitana; e E-68 – AR81, Recife e Região Metropolitana) e está aguardando a conclusão da Sessão de Abertura, Análise e Julgamento das Propostas de Preço da Licitação n°. 002/2015-SOR/SPR/ANATEL para confirmar sua expectativa de aquisição de 10+ 10 MHz em 2.500 MHz na referida Licitação. Espera-se a conclusão da Sessão de Julgamento durante o 1º trimestre de 2016 e assinatura de Termos de Autorização correspondentes no 2º trimestre de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	2015	2014
Autorizações a pagar		
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP	918.388	1.164.666
Dívida ANATEL atualizada	77.450	61.860
Seguro garantia sobre autorizações	15.985	20.013
Renovação de autorizações	146.149	124.394
Autorizações a pagar	-	1.248
	<u>1.157.972</u>	<u>1.372.181</u>
Parcela circulante	(467.687)	(493.169)
Parcela não circulante	<u>690.285</u>	<u>879.012</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As Autorizações detidas em caráter primário pela TIM Celular em 31 de dezembro de 2015, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo.

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	PA – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	RJ – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	DF – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	2.528.140	2.522.781
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	68.628	92.939
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	1.475.426	913.208
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	563.465	386.420
BNB (2)	R\$	10,00% a.a.	Jan/16	931	11.966
Banco do Brasil (CCB)	R\$	106,50% do CDI	Set/15 a Dez/15	-	413.458
Banco BNP Paribas (3)	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	187.038	190.841
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Libor 6M + 0,57% a 1,32% a.a.	Set/16 a Fev/20	1.859.839	1.264.463
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 1,35% a.a.	Set/16	468.114	318.387
KFW (3)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	304.924	266.509
JP Morgan (Res. 4131) (4)	USD	1,73% a.a.	Set/15	-	133.448
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Set/18 a Dez/20	469.931	239.999
Total				7.926.436	6.754.419
Circulante				(2.326.186)	(1.281.554)
Não Circulante				5.600.250	5.472.865

Garantias

- (1) Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular
- (2) Fiança Bancária e Aval da TIM Participações
- (3) Aval da TIM Participações
- (4) Não possuem garantia

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até	
						31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
BNDES (1)	URTJLP	dez/13	dez/16	2.635.600	1.411.173	437.927	786.500
BNDES (1)	UM143	dez/13	dez/16	2.636.400	1.355.370	435.530	845.500
BNDES (PSI) (1)	R\$	dez/13	dez/16	428.000	-	299.000	129.000
BNDES (2)	R\$	dez/15	dez/17	60.995	60.995	-	-
BNDES (2)	TJLP	dez/15	dez/18	2.940	2.940	-	-
KFW Finnvera	USD	dez/15	jun/18	150.000	150.000	-	-
Total:						1.172.457	1.761.000

Objetivo:

- (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016;
- (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos 2016, 2017 e 2018.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2015 ao ajuste referente a subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$146 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção".

Em 1º de julho de 2015 a TIM Celular liquidou antecipadamente as CCBs existentes junto ao Banco do Brasil no valor total de R\$ 300 milhões. Esta liquidação teve como objetivo a gestão eficiente do endividamento da Companhia através da liquidação de suas dívidas mais caras.

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de *hedge*".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2017	1.212.352
2018	1.137.206
2019	1.478.750
2020	914.706
2021 em diante	857.236
	5.600.250

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES e BNB. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época. Se estes valores justos fossem calculados em 31 de dezembro de 2015, as operações de PSI teriam um valor menor do que o saldo apresentado nas demonstrações financeiras em aproximadamente R\$ 30 milhões.

Outra operação contratada que possui características extremamente específicas é o empréstimo obtido junto ao BNP. Nesta operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, que também tem atribuições de instituição de fomento. Dadas as características da operação, entendemos que seu valor justo é igual ao valor registrado no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com o Bank of America, Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$4 milhões.

20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS	-	-	419.547	561.845
Impostos e taxas ANATEL	-	-	21.354	35.627
ISS	165	35	43.109	38.776
Outros	152	190	17.861	9.742
	<u>317</u>	<u>225</u>	<u>501.871</u>	<u>645.990</u>
Parcela circulante	<u>(317)</u>	<u>(225)</u>	<u>(501.768)</u>	<u>(645.896)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103</u>	<u>94</u>

21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as Companhias optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. A Companhia e suas subsidiárias optaram por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social	-	-	338.351	267.030
PIS / COFINS	25	-	63.658	71.836
Outros (*)	21	14	55.022	52.472
	46	14	457.031	391.338
Parcela circulante	(46)	(14)	(213.880)	(162.311)
Parcela não circulante	-	-	243.151	229.027

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS, Cofins, IR e CSL).

22. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2015	2014
Serviços a prestar pré-pagos (1)	400.025	393.585
Subvenções governamentais (2)	145.892	92.295
Swap de rede (3)	37.674	46.417
Receitas antecipadas	25.877	33.150
Receitas diferidas s/ venda de torres (4)	973.613	-
	1.583.081	565.447
Parcela circulante	(484.392)	(427.862)
Parcela não circulante	1.098.689	137.585

(1) Refere-se aos minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2015 é de R\$202.954. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 31).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 1.b).

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cível (a)	-	-	92.820	103.303
Trabalhista (b)	4.403	3.103	69.312	62.947
Tributária (c)	-	-	224.858	194.845
Regulatória (d)	-	500	28.621	45.414
	<u>4.403</u>	<u>3.603</u>	<u>415.611</u>	<u>406.509</u>

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	2014	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2015
Cível (a)	103.303	318.315	(383.663)	54.865	92.820
Trabalhista (b)	62.947	8.705	(3.356)	1.016	69.312
Tributária (c)	194.845	32.080	(22.211)	20.144	224.858
Regulatória (d)	45.414	873	(20.031)	2.365	28.621
	<u>406.509</u>	<u>359.973</u>	<u>(429.261)</u>	<u>78.390</u>	<u>415.611</u>

a. Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$51.953 (R\$66.531 em 31 de dezembro de 2014), referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute,: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta venda casada de produto e serviços; (iii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iv) supostas violações ao Decreto SAC; (v) supostas violações contratuais, (vi) suposta publicidade enganosa, (vii) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$3.324 (R\$3.743 em 31 de dezembro de 2014).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.3 Ex- Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex- parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$18.496 (R\$14.918 em 31 de dezembro de 2014).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e (v) ações de cobrança . Os valores envolvidos equivalem a R\$10.812 (R\$12.709 em 31 de dezembro de 2014).

a.5 Sócio ambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$3.606 (R\$4.276 em 31 de dezembro de 2014).

b. Processos Trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.148 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2015 (1.072 em 31 de dezembro de 2014) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$55.412 (R\$50.149 em 31 de dezembro de 2014).

Outra parcela significativa do provisionamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados. Em 31 de dezembro de 2015, o provisionamento destas causas totaliza R\$7.232 (R\$15.235 em 31 de dezembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Processos Tributários

	Consolidado	
	2015	2014
Tributos Federais	52.576	33.644
Tributos Estaduais	75.970	65.548
Tributos Municipais	1.477	1.573
Processos Intelig (<i>Purchase price allocation</i>)	94.835	94.080
	<u>224.858</u>	<u>194.845</u>

A Companhia e suas Controladas sofreram autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em sua maioria, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação necessária ao suporte do processo não foi integralmente obtida até a data deste posicionamento ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

Tributos federais

A provisão para a TIM Celular suporta nove processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF e denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$31.338 (R\$28.253 em 31 de dezembro de 2014), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$ 11.512.

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 4.968 (R\$843 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 24.626 (R\$22.352 em 31 de dezembro de 2014).

Para a Intelig, o valor provisionado referente a tributos estaduais equivale a quantia atualizada de R\$ 21.726 (R\$20.070 em 31 de dezembro de 2014). Deste total, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$17.369 (R\$16.175 em 31 de dezembro de 2014).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

Processos Intelig

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$94.835 (R\$ 94.080 em 31 de dezembro de 2014).

d. Processos Regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 2015, foram efetuados pagamentos a ANATEL referente aos descumprimentos do Plano Geral de Qualidade (PGMQ) e obrigações afetas aos Direitos e Garantias dos Usuários (DGU) no valor de R\$18.620.

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Cível (e.1)	1.189.130	863.303
Trabalhista (e.2)	442.800	489.790
Tributária (e.3)	8.400.356	9.088.630
Regulatória (e.4)	65.849	91.934
	<u>10.098.135</u>	<u>10.533.657</u>

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis são monitorados pela Administração e divulgados pelos seus valores históricos.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	2015	2014
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	525.406	408.702
ANATEL (e.1.2)	129.061	115.309
Procon e Ministério Público (e.1.3)	255.008	165.670
Ex- Parceiros comerciais (e.1.4)	118.698	82.034
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	41.240	25.377
Outros	119.717	66.211
	<u>1.189.130</u>	<u>863.303</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem –se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que, se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado -VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex- Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex- parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Sócio ambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros. Os montantes envolvidos representam R\$34.688 (R\$21.597 em 31 de dezembro de 2014) e R\$6.552 (R\$3.780 em 31 de dezembro de 2014) respectivamente.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2. Trabalhistas

Do total de 3.400 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2015 (5.400 em 31 de dezembro de 2014) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$374.807 (R\$ 404.834 em 31 de dezembro de 2014).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte e demais sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizado. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$12.150 (R\$20.274 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizado R\$56.000 (R\$56.000 em 31 de dezembro de 2014).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista R\$3.800.

Cumpram ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.282 (R\$4.039 em 31 de dezembro de 2014) e sofreu ainda autuação fiscal referente à supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$7.708 (R\$7.321 em 31 de dezembro de 2014).

A Intelig recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$41.116 (R\$30.063 em 31 de dezembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	2015	2014
Tributos Federais (e.3.1)	1.905.594	2.397.853
Tributos Estaduais (e.3.2)	4.585.810	4.980.731
Tributos Municipais (e.3.3)	345.089	318.817
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	1.563.863	1.391.229
	<u>8.400.356</u>	<u>9.088.630</u>

e.3.1. Tributos Federais

O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 1.905.594 em 31 de dezembro de 2015. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$1.264.205 (R\$1.687.592 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$85.135 (R\$85.478 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$35.662 (R\$ 35.662 em 31 de dezembro de 2014).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$150.763 (R\$ 236.962 em 31 de dezembro de 2014) para a TIM Celular e R\$ 33.722 (R\$ 39.957 em 31 de dezembro de 2014) para a Intelig.
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$229.823 (R\$ 268.995 em 31 de dezembro de 2014).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$4.585.810 em 31 de dezembro de 2015. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$60.322 (R\$ 74.615 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos. O valor envolvido é de R\$ 772.336 (R\$ 855.497 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$25.567 (R\$ 27.891 em 31 de dezembro de 2014).
- (iv) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$20.358 (R\$ 20.358 em 31 de dezembro de 2014).
- (v) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$932.584 (R\$ 1.343.892 em 31 de dezembro de 2014).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo. O valor envolvido é de R\$64.744 (R\$ 68.356 em 31 de dezembro de 2014).
- (vii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$649.778 (R\$698.898 em 31 de dezembro de 2014).
- (viii) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$87.550 (R\$ 87.550 em 31 de dezembro de 2014).
- (ix) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$67.941 (R\$ 69.287 em 31 de dezembro de 2014).
- (x) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$135.176 (R\$ 201.841 em 31 de dezembro de 2014).
- (xi) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 549.627 (R\$ 639.606 em 31 de dezembro de 2014).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$ 17.568 (R\$ 19.165 em 31 de dezembro de 2014).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 345.089 em 31 de dezembro de 2015. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 92.499 (R\$ 110.999 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 94.359 (R\$ 94.359 em 31 de dezembro de 2014).

e.3.4. FUST, FUNTTEL e EBC

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, o FUNTTEL e EBC é de R\$1.563.863 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.390.054 em 31 de dezembro de 2014). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações) e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Adicionalmente, discute-se a legalidade da exigência da cobrança da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Contribuição à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação), instituída pela Lei nº 11.652/2008.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) classificados com risco possível era de R\$65.849 (R\$91.934 em 31 de dezembro de 2014).

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorização originais, pelo que as cobranças foram objeto de recursos administrativos, e quando do esgotamento dessa instância, serão encaminhadas à discussão judicial.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	286.275	299.813
Baixas ao longo do exercício, líquidas de adições (*)	(258.627)	(21.453)
Atualização monetária no exercício	3.961	7.915
Saldo final	31.609	286.275

(*) Os valores consolidados no período incluem o efeito de R\$193.205, decorrente da baixa relativa à venda das torres (nota 1b).

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 31 de dezembro de 2015 era de 12,27% a.a (9,98% a.a. em 31 de dezembro de 2014).

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subseqüentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	2015	2014
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	<u>9.866.298</u>	<u>9.866.298</u>
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

Em reuniões realizadas em 5 de setembro e 6 de outubro de 2014, o Conselho de Administração da TIM Participações, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$19.301 e R\$7.227 respectivamente, mediante a emissão de 2.503.353 e 896.479 novas ações ordinárias decorrentes do exercício de opções de compra por beneficiários do Plano de Incentivo de longo Prazo da Companhia nesta ordem.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2015	2014
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	20.876	16.372
Reserva de benefício fiscal	1.040.661	947.538
	<u>1.442.097</u>	<u>1.344.470</u>

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileira ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 31 de dezembro de 2015 e 2014 equivalem a R\$1.040.661 e R\$947.538, respectivamente.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos foram calculados como segue:

	2015
Lucro líquido do exercício	2.071.145
(-) Constituição da reserva legal	(103.557)
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(93.123)
Lucro líquido ajustado	1.874.465
Dividendos a distribuir:	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	468.616
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,1936

Em 31 de dezembro de 2014, os dividendos foram calculados como segue:

	2014
Lucro líquido do exercício	1.546.419
(-) Constituição da reserva legal	(77.322)
Lucro líquido ajustado	1.469.097
Dividendos a distribuir:	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	367.274
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,1518

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da TIM Participações S.A., realizada em 14 de abril de 2015, aprovou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$367.274. O referido valor foi distribuído no dia 16 de junho de 2015.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de dividendos a pagar é composto pelo valor de dividendos mínimos, conforme calculado acima, além dos valores de anos anteriores no montante de R\$56.163 (R\$53.728 em 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Opções de compras de ações

Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013” e “Plano 2014-2016” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 16 de outubro de 2015, foi realizada a 2ª Outorga referente ao Plano 2014-2016.

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2015									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	Out/21	8,4526	-	3.355.229	-	-	-	3.355.229
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	Set/20	13,4184	1.456.353	-	-	(150.791)	-	1.305.562
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	Jul/19	8,1349	1.971.900	-	-	(439.916)	-	1.531.984
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	Set/18	8,9571	671.091	-	-	(157.187)	-	513.904
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	Ago/17	8,8404	-	-	-	-	-	-
Total	13.610.680			4.099.344	3.355.229	-	(747.894)	-	6.706.679
Preço médio ponderado do exercício			9,3854						

(*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o plano 2011-2013, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2014									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	Set/20	13,4184	-	1.687.686	-	(231.333)	-	1.456.353
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	Jul/19	8,1349	3.003.087	-	(971.221)	(59.966)	-	1.971.900
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	Set/18	8,9571	1.603.269	-	(896.479)	(35.699)	-	671.091
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	Ago/17	8,8404	1.551.160	-	(1.532.132)	(19.028)	-	-
Total	10.255.451			6.157.516	1.687.686	(3.399.832)	(346.026)	-	4.099.344
Preço médio ponderado do exercício			10,1466						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,31	51,73% a.a	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a	6 anos	16,10%a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de 12 meses, totalizaram R\$4.504 (R\$5.687 no mesmo período de 2014).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2015	2014
Receita de serviços - Móvel		
Assinatura e utilização	9.763.865	11.007.035
Uso de rede	1.581.834	2.630.661
Longa distância	2.710.730	3.094.139
VAS – Serviços adicionais	7.741.751	6.616.020
Outros	319.581	284.168
	<u>22.117.761</u>	<u>23.632.023</u>
Receita de serviços - Fixa	1.003.185	901.159
Receita de serviços	<u>23.120.946</u>	<u>24.533.182</u>
Venda de mercadorias	2.646.866	4.471.320
Receita operacional bruta	<u>25.767.812</u>	<u>29.004.502</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(6.248.035)	(6.723.442)
Descontos concedidos	(2.213.041)	(2.584.002)
Devoluções e outros	(167.885)	(198.893)
	<u>(8.628.961)</u>	<u>(9.506.337)</u>
Total da receita líquida	<u>17.138.851</u>	<u>19.498.165</u>

28. Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	
	2015	2014
Pessoal	(91.026)	(80.259)
Serviços de terceiros	(490.790)	(439.018)
Interconexão e meios de conexão	(2.805.364)	(3.429.108)
Depreciação e amortização	(2.535.683)	(2.345.481)
Taxas ANATEL	(14.742)	(13.887)
Aluguéis e seguros	(495.550)	(412.519)
Treinamento	(82)	(453)
Outros	(16.952)	(22.746)
Custo dos serviços prestados	<u>(6.450.189)</u>	<u>(6.743.471)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(1.856.668)	(3.340.449)
	<u>(8.306.857)</u>	<u>(10.083.920)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Despesas de comercialização

	Consolidado	
	2015	2014
Pessoal	(687.629)	(624.730)
Serviços de terceiros (*)	(2.191.028)	(2.180.640)
Publicidade e propaganda	(560.558)	(622.781)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(230.357)	(248.576)
Taxas ANATEL (**)	(871.184)	(1.043.713)
Depreciação e amortização	(162.267)	(158.888)
Aluguéis e seguros	(93.265)	(95.057)
Treinamento	(509)	(1.644)
Outras	(30.098)	(46.943)
	<u>(4.826.895)</u>	<u>(5.022.972)</u>

(*) Inclui principalmente os gastos com comissões e serviços técnicos profissionais.

(**) Representam os valores referentes aos custos de TFI (Taxa de Fiscalização de Instalação) e TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento).

30. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	(12.601)	(11.138)	(265.198)	(257.887)
Serviços de terceiros	(15.118)	(10.980)	(471.747)	(540.894)
Depreciação e amortização	-	-	(319.106)	(202.789)
Aluguéis e seguros	(205)	(213)	(67.465)	(62.937)
Treinamento	-	-	(11.877)	(12.572)
Outras	(1.134)	(1.546)	(59.884)	(53.675)
	<u>(29.058)</u>	<u>(23.877)</u>	<u>(1.195.277)</u>	<u>(1.130.754)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	21.513	12.370
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	37.630	34.107
Receita na alienação de ativos (*)	-	-	1.459.067	-
Outras receitas	778	-	50.528	9.002
	<u>778</u>	<u>-</u>	<u>1.568.738</u>	<u>55.479</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (**)	-	-	(168.238)	(189.701)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(3.970)	(3.270)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(1.717)	(672)	(348.339)	(260.235)
Despesa na alienação de ativos (*)	-	-	(245.756)	-
Outras despesas	(24)	(64)	(23.125)	(31.682)
	<u>(1.742)</u>	<u>(736)</u>	<u>(789.428)</u>	<u>(484.888)</u>
Amortização de autorizações	-	-	(344.915)	(345.421)
	<u>(1.742)</u>	<u>(736)</u>	<u>(1.134.343)</u>	<u>(830.309)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(964)</u>	<u>(736)</u>	<u>434.395</u>	<u>(774.830)</u>

(*) Durante o exercício foram transferidas 5.483 torres referente à 1ª, 2ª e 3ª tranches do contrato, respectivamente, para ATC conforme os contratos celebrados entre as partes (notas 14 e 1.b). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM.

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência (29 abril de 2015, 30 de setembro de 2015 e 16 de dezembro de 2015) e foi reconhecido um montante de R\$1.253.618 (R\$1.210.980 líquido de valores residuais e baixa do ARO) como outras receitas operacionais em virtude da alienação dos ativos.

(**) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

32. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Juros sobre aplicações financeiras	5.812	2.450	647.629	521.637
Juros de clientes	-	-	60.208	52.707
Juros <i>swap</i>	-	-	50.611	35.452
Juros s/ leasing	-	-	24.045	32.085
Atualização monetária	1.278	696	57.917	54.189
Outras receitas	-	-	8.327	6.347
	<u>7.090</u>	<u>3.146</u>	<u>848.737</u>	<u>702.417</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(179.726)	(337.172)
Juros sobre fornecedores	(42)	-	(142.092)	(128.796)
Juros sobre impostos e taxas	(56)	(14)	(21.124)	(10.658)
Juros <i>swap</i>	-	-	(308.216)	(185.284)
Juros s/ leasing	-	-	(145.274)	(43.904)
Atualização monetária	(804)	(11.052)	(178.904)	(154.731)
Descontos concedidos	-	-	(64.004)	(86.333)
Outras despesas	(546)	(242)	(76.184)	(50.416)
	<u>(1.448)</u>	<u>(11.308)</u>	<u>(1.115.524)</u>	<u>(997.294)</u>

34. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	3.469
Fornecedores	32	119	9.107	6.022
Swap	-	-	1.109.006	273.444
Outros	-	-	29.902	18.073
	<u>32</u>	<u>119</u>	<u>1.148.015</u>	<u>301.008</u>
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(1.108.309)	(273.496)
Fornecedores	(397)	(113)	(28.949)	(11.469)
Swap	-	-	-	(5.780)
Outros	-	-	(8.348)	(8.158)
	<u>(397)</u>	<u>(113)</u>	<u>(1.145.606)</u>	<u>(298.903)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(365)</u>	<u>6</u>	<u>2.409</u>	<u>2.105</u>

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira . O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 40).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(353.117)	(338.999)
Contribuição social do exercício	(130.928)	(125.754)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM	93.123	137.192
	<u>(390.922)</u>	<u>(327.561)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(378.168)	(234.493)
Contribuição social diferida	(136.140)	(84.418)
	<u>(514.308)</u>	<u>(318.911)</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	(3.464)	(26)
	<u>(908.694)</u>	<u>(646.498)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.071.145	1.546.419	2.979.839	2.192.917
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(8.298)	(11.128)	(4.106)	(25.274)
Resultado de equivalência patrimonial	712.603	536.924	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(3.058)	(5.537)
Multas não dedutíveis	(116)	(9)	(12.939)	(9.796)
Perdas contas a receber <i>Co Billing</i>	-	-	(3.267)	(7.674)
Impacto na venda das torres	-	-	27.546	-
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	(5.146)	(3.007)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM	-	-	93.123	137.192
Outros valores	-	(5)	12.298	13.190
	<u>704.189</u>	<u>525.782</u>	<u>104.451</u>	<u>99.094</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(908.694)</u>	<u>(646.498)</u>
Alíquota efetiva	-	-	30,49%	29,48%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

De acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

36 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.071.145	1.546.419
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.237	2.417.850
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,8558	0,6396

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.071.145	1.546.419
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.325	2.418.877
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,8557	0,6393

37 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2015	2014
Grupo Telecom Argentina (1)	3.073	2.843
Telecom Italia Sparkle (1)	6.212	7.282
Lan Group (4)	3.881	6.345
TIM Brasil (6)	2.822	2.458
Outros	674	674
Total	16.662	19.602

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	2015	2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	38.823	31.095
Grupo Telecom Argentina (1)	5.304	1.246
Telecom Italia Sparkle (1)	14.657	14.638
Italtel (3)	45.004	36.849
Lan Group (4)	3.854	3.094
TIM Brasil (6)	4.309	3.780
Grupo Vivendi (7)	1.035	-
Outros	38	3.683
Total	113.024	94.385

	Receita	
	2015	2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.668	2.938
Grupo Telecom Argentina (1)	5.771	6.663
Telecom Italia Sparkle (1)	5.223	10.230
Lan Group (4)	1.590	841
Total	16.252	20.672

	Custo/Despesa	
	2015	2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	9.769	7.225
Telecom Italia Sparkle (1)	35.626	28.059
Grupo Telecom Argentina (1)	3.109	2.880
Lan Group (4)	51.806	40.444
Generali (5)	1.053	6.212
Grupo Vivendi (7)	7.669	-
Outros	588	-
Total	109.620	84.820

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale .

O “Grupo Telecom Argentina” é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(5) Os valores referem-se a contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

38. Honorários da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços, está apresentada a seguir:

	2015	2014
Salários e outros benefícios de curto prazo	13.170	11.272
Pagamentos com base em ações	3.029	3.464
	16.199	14.736

39. Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A (“Telco”), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela ANATEL em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”) fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interviente.

Em 4 de dezembro de 2013, em processo de fiscalização do cumprimento do TCD, o CADE aplicou sanção de multa à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso.

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da ANATEL anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação de cisão à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da ANATEL, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deve ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefónica, de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”), que tem como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefónica na

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefônica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a ANATEL e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefônica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, e de sucessivas operações entre Vivendi, Telefônica e aquisições no mercado livre, a Vivendi, atualmente, detém 21,39% das ações com direito a voto da Telecom Italia e 0,95% do capital total da Telefônica. Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, o CADE confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

Ao mesmo tempo, por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, a Telefônica informou "*o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos*".

Em 31 de dezembro de 2015, entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites e de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, bem como acordos de cofaturamento de chamadas de longa distância, todos realizados de acordo com condições de mercado e, quando aplicável, de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo	351.147	310.732
Passivo	(122.301)	(75.083)
Receita	911.892	1.206.043
Custo/Despesa	(574.580)	(792.587)

40. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados principalmente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e ii) aplicações em fundo cambial com o objetivo de reduzir os impactos nos contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Todo o montante aplicado em fundo cambial tem como objetivo proteger a exposição cambial atrelada a contratos comerciais em dólar.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2015 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2015, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

pelos áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas ou receitas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda ou 10% das receitas de mercadorias em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	1.099.574	(109.512)	990.062	510.698	(67.044)	443.654
Parcela circulante	608.915	(109.512)	499.403	47.541	(67.044)	(19.503)
Parcela não circulante	490.659	-	490.659	463.157	-	463.157

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2015 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2017	192.766	-
2018	64.655	-
2019	108.487	-
2020 em diante	124.751	-
	490.659	-

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

2015			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos para negociação	599.414	-	599.414
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	1.099.574	1.099.574
Total do ativo	599.414	1.099.574	1.698.988
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	109.512	109.512
Total do passivo	-	109.512	109.512
2014			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos para negociação	41.149	-	41.149
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	510.698	510.698
Total do ativo	41.149	510.698	551.847
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	67.044	67.044
Total do passivo	-	67.044	67.044

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

Consolidado			
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2015			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.099.574	1.099.574
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.882.950	-	2.882.950
Títulos e valores mobiliários	-	599.414	599.414
Caixa e equivalentes de caixa	6.100.403	-	6.100.403
Arrendamento mercantil – leasing	199.935	-	199.935
	9.183.288	1.698.988	10.882.276

	mensurados ao valor justo por meio do resultado	Consolidado Ativos ao valor justo por meio de	Outros passivos financeiros	Total Total
31 de dezembro de 2015				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	-	7.926.436	-	7.926.436
Instrumentos financeiros derivativos	109.512	-	-	109.512
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	3.784.945	-	3.784.945
Arrendamento mercantil financeiro	-	1.618.506	-	1.618.506
	109.512	13.329.887	-	13.439.399

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

resultado			
31 de dezembro de 2014			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		510.698	510.698
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.567.303		3.567.303
Títulos e valores mobiliários		41.149	41.149
Caixa e equivalentes de caixa	5.232.992		5.232.992
Arrendamento mercantil - financeiro	195.036		195.036
	<u>8.995.331</u>	<u>551.847</u>	<u>9.547.178</u>

Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	6.754.419	6.754.419
Instrumentos financeiros derivativos	67.044		67.044
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	5.402.204	5.402.204
Arrendamento mercantil - leasing	-	329.669	329.669
	67.044	12.486.292	12.553.336

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2015, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas no quadro a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2015

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.859.821	1.859.682	100%	LIBOR 6M + 0,89% a.a.	90,07% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	187.038	187.038	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	304.924	304.924	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	468.114	468.114	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	469.931	469.931	100%	2,18% a.a.	88,30% do CDI

31 de dezembro de 2014

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.264.369	1.264.463	100%	LIBOR 6M + 0,86% a.a.	95,25% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	190.841	190.841	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	266.509	266.509	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,5% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	318.387	318.387	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	133.448	133.448	100%	1,73% a.a.	101,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	239.998	239.999	100%	1,8% a.a.	92,72% do CDI

Objeto	Moeda	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo	
		2015	2014	2015	2014
		Risco cambial USD contra CDI	BRL	2.182.666	1.901.769
Posição ativa				1.099.574	2.377.645
Posição passiva				(109.512)	(1.933.991)
Saldo líquido				990.062	443.654
TOTAL		2.182.666	1.901.769	990.062	443.654

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atraente de 79,0% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira que será desembolsado no futuro junto a ao Finnvera/KfW. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida a ser desembolsada no futuro para que haja proteção integral. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) iniciará simultaneamente em uma data pré-determinada no futuro. Em 31 de dezembro de 2015 o valor do MTM da operação registrada contabilmente é de R\$702 - Ativo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
a) Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco e KFW)	3.356.719	3.356.719	4.218.884	5.090.243
b) Valor justo da ponta ativa do <i>swap</i>	3.356.719	3.356.719	4.218.884	5.090.243
c) Valor justo da ponta passiva do <i>swap</i>	(2.364.104)	(2.364.104)	(2.366.634)	(2.369.978)
d) = (b + c) Exposição líquida no <i>swap</i>	992.615	992.615	1.852.250	2.720.265
Exposição Final (Cenário – Posição Atual)		-	2.530	5.874

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	14,14%	17,68%	21,21%
USD	3,9048	4,8810	5,8572

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	2015
Ganhos líquidos em operações de USD x CDI	851.401

No mês de março a Companhia realizou junto ao Bank of América e ao Santander a reversão de duas operações de swap e contratou simultaneamente com as mesmas instituições duas novas operações de swap, o que resultou na realização de receitas para a Companhia no montante de R\$ 334 milhões.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora dentre outros índices a alavancagem financeira medida com base no índice de Dívida Líquida sobre EBITDA.

O índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 19 e 40)	6.936.374	6.310.765
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	1.618.506	329.669
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(199.935)	(195.036)
Dívidas ANATEL (Nota 18)	77.450	61.860
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(6.100.403)	(5.232.992)
Fundo cambial (Nota 5)	(599.414)	-
Caixa líquido	1.732.578	1.274.266
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	6.606.188	5.538.268
Índice de alavancagem financeira (*)	0,26	0,23
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.071.145	1.546.419
Depreciações e amortizações	3.361.971	3.052.579
Resultado Financeiro Líquido	264.378	292.772
Imposto de renda e contribuição social	908.694	646.498
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	6.606.188	5.538.268

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(**) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

41. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$38.757.407
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

42. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2016	769.059
2017	807.512
2018	843.850
2019	881.823
2020	921.505
	<u>4.223.749</u>

43. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	2015	2014
Juros pagos	456.076	383.469
Imposto de renda e contribuição social pagos	222.450	185.826
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.244.803)	(3.287)
Aumento das obrigações de leasing – sem efeito no caixa	1.244.803	-

* * *

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2015 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. (“Baker Tilly”), sem ressalvas, emitido no dia 04 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2015 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de fevereiro de 2016.

GUIDO VINCI
Presidente do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN
Membro do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da TIM Participações S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 12 dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa. Em 23 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Regimento Interno do CAE.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros, eleitos em 14 de abril de 2015, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2017, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. Todos são membros independentes e concomitantemente integrantes do Conselho de Administração da Companhia. Os Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker e Adhemar Gabriel Bahadian também são membros do Comitê de Controle e Riscos da Companhia e o Sr. Herculano Aníbal Alves é o Especialista Financeiro do CAE.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission – SEC*.

As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Em atendimento à norma de rodízio dos auditores independentes da Companhia, instituída pela Instrução CVM nº 308/99, a PricewaterhouseCoopers (“PwC”), foi substituída pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S (“Baker Tilly”), após a avaliação favorável do CAE e a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Conseqüentemente, a Baker Tilly foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

encerrado em 31 de dezembro de 2015, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais (“ITRs”), conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial dos ITRs, enviados à CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na Legislação Societária Brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”). No âmbito da estrutura de *joint audit services*, a PwC permaneceu como auditor da TIM Celular S.A., subsidiária integral da Companhia, e da Intelig Telecomunicações Ltda., controlada pela Companhia, bem como continuou como responsável pela revisão do formulário 20-F,

Durante o ano de 2015, os membros do CAE participaram de treinamentos voltados primordialmente para o aprimoramento do exercício de suas funções e as atualizações relevantes das normas técnicas que afetam suas atividades.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2015

O CAE reuniu-se dezenove vezes no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

- I. Analisou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes;
- II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou o desempenho dos auditores internos;
- III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis, que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

IV. Examinou, avaliou e opinou, previamente, contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, atendendo os padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes;

V. Participou das discussões sobre o procedimento de divulgação de contratos entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e Partes Relacionadas, de outro lado, em atendimento à Instrução CVM nº 558/2015, que modificou a Instrução CVM nº 480/2009;

VI. Participou de treinamentos promovidos pela Companhia sobre a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, conhecida como “Lei Anticorrupção”, bem como recomendou a extensão de tais treinamentos para toda administração e colaboradores da Companhia;

VII. Participou de 06 reuniões privadas com os auditores independentes, PwC e Baker Tilly, bem como com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência. Foram tratados, dentre outros, os seguintes temas: o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores, internos e externos, eventuais limitações de escopo nos trabalhos dos auditores impostas pelos administradores da Companhia ou problemas de comunicação entre os auditores e a administração da Companhia, a avaliação dos administradores, e o relacionamento entre os auditores externos e a Auditoria Interna; e

VIII. Realizou sua autoavaliação sobre as atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2015, através de formulário específico, conforme as melhores práticas de governança corporativa.

Sistemas de Controles Internos

Com base no programa de trabalho e na agenda definidos para o exercício de 2015, o Comitê de Auditoria Estatutário informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar as implementações e a execução das recomendações para melhoria, identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Com base nas informações colhidas, o Comitê de Auditoria Estatutário julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Demonstrações Financeiras

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária da TIM Participações S.A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2015”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Baker Tilly, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2015, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de fevereiro de 2016.

Herculano Aníbal Alves

Membro e Especialista Financeiro do Comitê de
Auditoria Estatutário

Adhemar Gabriel Bahadian

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Rodrigo Modesto de Abreu (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2016.

RODRIGO MODESTO DE ABREU

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Declaração dos diretores sobre o parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Rodrigo Modesto de Abreu (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2016.

RODRIGO MODESTO DE ABREU

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico